



IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

FRANCISCO ADRIANO EVANGELISTA FERREIRA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE
BREJO SANTO/CE: INTERCONEXÕES COM O DOCUMENTO
CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ**

BREJO SANTO - CE

2023



FRANCISCO ADRIANO EVANGELISTA FERREIRA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE
BREJO SANTO/CE: INTERCONEXÕES COM O DOCUMENTO
CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Linha de pesquisa: Metodologias e Práticas na Educação

Orientadora: Profª. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza

BREJO SANTO - CE

2023



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

F383f Ferreira, Francisco Adriano Evangelista.
A formação continuada de professores no município de Brejo Santo-CE: interconexões com o documento curricular referencial do Ceará [recurso eletrônico] / Francisco Adriano Evangelista Ferreira – Dados eletrônicos. – Brejo Santo-CE: 2023.

77 f.: il.

Orientação: Sawana Araújo Lopes de Souza.
Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Educação. 2. Formação continuada. 3. Currículo.
I. Souza, Sawana Araújo Lopes de. II. Título.

ENBER/BC

CDU 374

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980



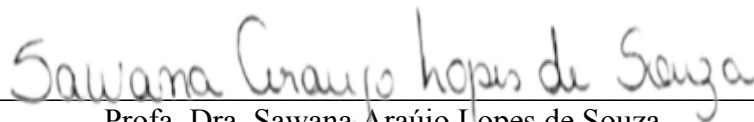
FRANCISCO ADRIANO EVANGELISTA FERREIRA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE
BREJO SANTO/CE: INTERCONEXÕES COM O DOCUMENTO
CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ**

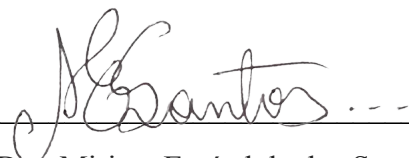
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 18/12/2023

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza
(Orientadora/PPGED/ENBER)



Profa. Dra. Miriam Espíndula dos Santos Freire
(Membro-interno/PPGED/ENBER)



Dra. Nathalia Fernandes Egito Rocha
EXTERNAL MEMBER



Dedico este estudo aos meus queridos pais: José
Adail Ferreira da Silva e Francisca Evangelista Ferreira (In memorian).



AGRADECIMENTOS

À Deus, nossa maior e mais bela inspiração.

À Ivy Enber Christian University, pela oportunidade do alcance de um grande sonho: Ser mestre em Educação.

A todos os Professores e Professoras; a mais importante de todas as profissões.

Aos meus amados pais, Adail e Francisca (In memorian), que sempre me incentivaram para os estudos e investiram na minha vida escolar.

À inesquecível Dona Eurides (In memorian), minha primeira professora. Lembro-me da simples casinha, onde aprendi o ABC.

À EEFM Amália Xavier (Juazeiro do Norte-CE), primeira escola pública que estudei.

À EEF Nobilino Alves de Araújo, primeira escola pública que exerci a função de docente, no município de Brejo Santo-Ceará. Durante 18 meses eram percorridos mais de 200 km por dia, em uma motocicleta, para chegar até o destino dessa escola.

À Rosa Kurbert, Fran Bernardino e Jucy Sá, por me apresentarem a Formação de Professores como uma prática essencial para o desenvolvimento da aprendizagem. Foi a partir disso que me interessei pelo assunto e decidi realizar este trabalho.

Ao ilustre município de Brejo Santo-Ceará, lugar que me acolheu desde a minha chegada, tendo o privilégio de ser consagrado um cidadão brejo-santense. Campo de trabalho, estudo e pesquisa.

À querida amiga Gislaine Landim, por oportunizar meu crescimento profissional, através dos direcionamentos e confiança no trabalho que desempenho em Brejo Santo-Ce.

À estimada Jacqueline Braga, pelo apoio, incentivo e afetividade.

Aos amigos e amigas da Secretaria Municipal de Educação Básica e Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos de Brejo Santo-Ceará.

À orientadora desse trabalho, Dra. Sawana Lopes, por conduzir tão bem as construções e reflexões, despertando-me a leitura e a escrita sobre a temática.

À Banca examinadora, pelas relevantes contribuições na análise criteriosa da avaliação do trabalho.

A todos os familiares, irmãos, cunhadas, amigos, colegas de trabalho, vizinhos, parentes e leitores, minha gratidão!



“...se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem”.

(Carlos Drumond de Andrade)



O intuito analítico desta pesquisa é sobre os impactos e a utilização do Documento Curricular Referencial do Ceará, com ênfase na Formação Continuada de Professores e seu processo de implementação no município de Brejo Santo/Ceará, campo de estudo deste trabalho, por ser um lugar que tem grandes avanços educacionais e adotou o DCRC como documento norteador na Formação Continuada de Professores. É uma ação dinâmica que fortalece a aprendizagem, tanto do docente quanto para o discente, em prol do conhecimentos para todos. A formação de professores é uma estratégia que permite que o docente esteja sempre apto para o exercício de sua função, com inovações e constantes compartilhamentos de conhecimentos. Este estudo pretende apresentar reflexões pertinentes para significativas contribuições para atuação docente com desenvoltura pedagógica, a partir da Formação Continuada de Professores, por intermédio das conexões com o Documento Curricular Referencial do Ceará. A garantia da aprendizagem, mesmo sendo implementando esse documento na formação continuada de professores é um elemento desafiador no processo de ensino e aprendizagem. Definimos como objetivos específicos: contextualizar sobre a formação continuada de professores; analisar a Proposta da Formação Continuada de Professores apresentada pelo DCRC e refletir sobre as aproximações e distanciamentos entre o DCRC e a BNCC e os seus impactos no município de Brejo Santo/CE. Realizamos uma Pesquisa Documental com referência teórica da Análise de Conteúdo de Bardin, com o Documento Curricular Referencial do Ceará, investigando sua composição pedagógica com destaque na formação continuada de professores. Percebemos a importância da apropriação do docente e sua aplicabilidade em sua rotina a partir das orientações contidas no DCRC, com visão ampliada no foco na aprendizagem dos alunos e o crescimento profissional docente, através das Formações Continuadas de Professores. Fundamentamos nossa pesquisa sustentada em alguns autores, como: Ball (2001), Campos (2022), Candau (2000), Corazza (2001), Feldens (1993), Fernandes; Vieira; Nogueira (2023), Freire (1997), García (1999), Libâneo (2010), Luck (2009), Nonato (1987), Mendes (2018), Pereira (2010), Rocha (2016), Sacristan (2013), Saviani (2016), Silva (1999), Young (2007) e Zaballa (2014). Neste sentido, apresentamos o resultado desse estudo como estratégia de alinhamento pedagógico da prática docente, por intermédio da Formação Continuada de Professores, alinhada ao Documento Curricular Referencial do Ceará, como fonte legal para reconstrução curricular e reformulação das propostas didáticas.

Palavras-chave: Formação Continuada de Professores. Documento Curricular Referencial do Ceará. Brejo Santo/CE.



The analytical purpose of this research is about the impacts and use of the Ceará Reference Curricular Document, with an emphasis on Continuing Teacher Training and its implementation process in the municipality of Brejo Santo/Ceará, the study field of this work, as it is a place that has made great educational advances and adopted the DCRC as a guiding document in Continuing Teacher Training. It is a dynamic action that strengthens learning, both for teachers and students, in favor of knowledge for all. Teacher training is a strategy that allows teachers to always be ready to perform their role, with innovations and constant sharing of knowledge. This study intends to present reflections relevant to significant contributions to teaching performance with pedagogical resourcefulness, based on Continuing Teacher Training, through connections with the Ceará Reference Curricular Document. Ensuring learning, even implementing this document in continuing teacher training, is a challenging element in the teaching and learning process. We defined the following as specific objectives: contextualize the continuing training of teachers; analyze the Continuing Teacher Training Proposal presented by the DCRC and reflect on the similarities and differences between the DCRC and the BNCC and their impacts on the municipality of Brejo Santo/CE. We carried out a Documentary Research with theoretical reference from Bardin's Content Analysis, with the Ceará Reference Curricular Document, investigating its pedagogical composition with emphasis on the continued training of teachers. We realize the importance of teacher appropriation and its applicability in their routine based on the guidelines contained in the DCRC, with an expanded vision of focusing on student learning and teacher professional growth, through Continuing Teacher Training. We based our research on some authors, such as: Ball (2001), Campos (2022), Candau (2000), Corazza (2001), Feldens (1993), Fernandes; Scallop; Nogueira (2023), Freire (1997), García (1999), Libâneo (2010), Luck (2009), Nonato (1987), Mendes (2018), Pereira (2010), Rocha (2016), Sacristan (2013), Saviani (2016), Silva (1999), Young (2007) and Zaballa (2014). In this sense, we present the result of this study as a strategy for pedagogical alignment of teaching practice, through Continuing Teacher Training, aligned with the Ceará Reference Curricular Document, as a legal source for curricular reconstruction and reformulation of didactic proposals.

Keywords: Continuing Teacher Training. Ceará Referential Curriculum Document. Brejo Santo/CE.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estratégias para Formação de Professores	01
Figura 2 – Formação de Professores	02
Figura 3 – Recorte da matéria do Jornal El País	03
Figura 4 – Guia de Implementação da BNCC.....	04
Figura 5 – Capa do DCRC.....	05
Figura 6 – Quadro geral das três etapas da Educação Básica	06
Figura 7 – Exemplificação dos Códigos de Aprendizagem da BNCC	07
Figura 8 – Faixa Etária da Educação Infantil	08
Figura 9 – Reestruturação Curricular	09



LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Documentos analisados	01
Tabela 02 – Conexões entre DCRC e BNCC.....	02
Tabela 03 – Plano de Aula	03

LISTA DE SIGLAS



ABdC – Associação Brasileira de Currículo

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação de Professores da Educação

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPEd – Associação de Pós-Graduação em Pesquisa e Educação

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEE – Conselho Estadual de Educação

CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

DCRC – Documento Curricular Referencial do Ceará

DCN's – Diretrizes Curriculares Nacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PAR – Plano de Ações Articuladas

PARFOR -Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PCCR – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

RCB – Referenciais Curriculares Básicos

SEDUC – Secretaria da Educação do Estado do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UNDIME – União dos Dirigentes Municipais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
------------------------	-----------



1. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES.....	22
1.1 Conceito de Formação Continuada de Professores.....	23
1.2 Como a legislação está orientando sobre a Formação Continuada de Professores..	36
1.3 A Formação Continuada de Professores em Brejo Santo- Ceará.....	37
1.4 O DCRC e a a Formação Continuada de Professores no Ceará.....	37
1.4.1 Contexto histórico e educacional de Brejo Santo-Ceará	36
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	39
2.1. Pesquisa Qualitativa.....	40
2.2 Pesquisa Documental	41
2.3. A Análise de Conteúdo de BARDIN	42
2.4. Caracterização dos documentos que serão analisados.....	47
3. DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ (DCRC): DEFINIÇÃO E CONTEXTO.....	48
3.1 O Contexto histórico do DCRC	49
3.2 Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC).....	37
3.3. Caracterização do DCRC	38
3.4 Formação Continuada do (a) Professor (a) no DCRC: reflexões.....	49
3.5 Aproximação e distanciamento da Formação Continuada no DCRC.....	50
3.6 O Processo de implementação do DCRC a partir dos instrumentos pedagógicos... 54	
3.7 Dialogando sobre currículo: uma ferramenta da aprendizagem	55
3.8 Conexão com o Documento Curricular Referencial do Ceará e a Base Nacional Comum Curricular.....	55
4. COMPOSIÇÃO DIDÁTICA COM FOCO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	58
4.1 Reorganização da Ação Pedagógica	60
4.2 Plano de Aula.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	74



INTRODUÇÃO

Essa pesquisa brota das inquietudes vivenciadas no período que estamos infiltrados na área educacional, diretamente quando escolhemos atuar como professor da Rede Pública e mais adiante, como Professor Formador na Área de Linguagens.

O processo inspirador foi mais instigante quando participamos do Encontro de Educadores, como estratégia para funcionamento do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), em 2019. Momento de muita fruição didática, para compartilhamentos de diversas experiências com profissionais advindo de todas as regiões do estado do Ceará.

Vamos apresentar algumas possibilidades reflexivas referentes a formação de professores, apesar que, estamos sempre num processo de desenvolvimento formativo, com o intuito de construirmos um processo metodológico, abrangendo diversas áreas de conhecimento e auxiliando diretamente na qualidade educacional dos docentes e discentes cearenses.

A partir disso, tivemos a certeza da importância pedagógica que a Formação Continuada de Professores tem para o desenvolvimento do ensino e fortalecimento das aprendizagens, visto que, antes desse encontro, já estávamos atuando na Formação Continuada de Professores no município de Brejo Santo-Ceará. O interesse da temática advém também das reflexões, leituras críticas de documentos, a exemplo o DCRC e inspirações de muitos pesquisadores que atuam na área em estudo: Formação Continuada de Professores, como também, docentes que são construtores da inteligência e facilitadores da aprendizagem, mediando os percursos didáticos com maestria e bastante dificuldades.

Muitos questionamentos podem ser levantados, como por exemplo podemos citar: o que é formação continuada de professores? O que é DCRC? É possível garantir a aprendizagem, através da formação continuada de professores alinhada ao DCRC? Quais mecanismos necessários para implementação desse documento? De que forma os professores estão alinhados com o DCRC?

No desenvolvimento desse trabalho vamos apresentar algumas reflexões relacionadas a essa temática, na tentativa de responder essas indagações tão pertinentes para a nossa análise compreensiva.



A partir disso, podemos afirmar que os municípios cearenses encontram diversos desafios na reconstrução das normas presentes no Documento Curricular Referencial do Ceará, como podemos destacar alguns: Orientações didáticas para professores, adequação ao currículo escolar com as novas regulamentações, qualidade pedagógica nas ações criativas, relação intercomponente e intracomponente, aulas com foco no contexto cultural local, regional e nacional, novas metodologias com práticas educativas, desenvolvimento das competências socioemocionais para professores, utilização das mídias digitais em sala de aula, aperfeiçoamento do letramento e multiletramento, aulas explorando os conteúdos a partir da ludicidade, diagnósticos de aprendizagem, estratégias para lidar com a transição nas etapas de ensino, entre outros.

Então, a Formação Continuada de Professores é uma sistematização que agrega valores de organização, com ação e promoção da aprendizagem. Ela une saberes e conectam conhecimento em prol da coletividade. A formação continuada é um cumprimento legal para a socialização da cultura didática e aperfeiçoamento pedagógico.

A Formação Continuada de professores alinhada as diretrizes do DCRC podem contribuir ou não, significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem, tanto para discentes quanto aos docentes, diminuindo os desafios acima elencados.

Apesar de que, muitos estudos são realizados com a temática da Formação de Professores, como podemos citar alguns: Formação permanente do professorado, de Imbernón (2009), Alternativas para formação de professores: problematizando e buscando formas de cooperação, de Feldens (1993), Ensino da Didática com Libâneo (2010), Como aprender e ensinar competência de Zabala (2014), entre outros reflexões realizadas pelas entidades e instituições como Associação Nacional pela Formação de Professores da Educação, Associação de Pós-Graduação em Pesquisa e Educação e Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Mas, este pretende propor uma análise reflexiva com o DCRC, visto que, é um documento com novas normatizações e, para isso, é necessária uma investigação documental, no intuito de contribuir significativamente na prática e autonomia docente do professor cearense. A pesquisa documental desse estudo foi realizada no município de Brejo Santo, no Ceará.

A atualidade pedagógica requer mais envolvimento e práticas atitudinais do professor, visto que, mesmo com todas essas normas, eles precisam garantir a



aprendizagem de seu alunado e sua contínua formação.

E a efetivação da Formação de Professores com as diretrizes contidas nas Resoluções CNE/CP nº 02 de 01 de julho de 2015 e a nº 01, de 27 de outubro de 2020, é salutar e viável para qualificação do profissional da educação.

Porém, precisamos adentrar na história das Políticas Curriculares em nosso país, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais na década de 1990, que serviu de inspiração para os Referenciais Curriculares Básicos (RCB). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que respalda a ação curricular a nível nacional, norteando as orientações curriculares e promovendo a constituição de novas construções em difusão do currículo.

O Documento Curricular Referencial do Ceará apresenta detalhamentos para ações curriculares, no que concerne à Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Nele, expõem-se os seguintes tópicos: contexto histórico estadual, marcos legais, pressupostos teóricos, epistemológicos e políticos; temas integradores; etapas de ensino, bem como seus campos de atuação; objetos de conhecimento, habilidades e suas relações dentro do próprio componente curricular, e relações entre componentes e competências específicas.

Essa pesquisa pretende contribuir satisfatoriamente com a Formação Continuada de Professores, a partir das orientações apresentadas no DCRC, como também o alinhamento didático com as normas vigentes. Com base nessas ações, as secretarias municipais de educação construíram formações, encontros e planejamentos para refletir sobre a aplicabilidade do DCRC. Mas, A formação de um profissional não estar direcionada somente a absorção de conhecimentos ou determinadas competências, pode ser destacada as vivências, interações, socializações, aderindo a fruição cultural. (NÓVOA, 2022, p. 15).

A Formação Continuada de Professores vai além de absorção de conhecimentos, regras ou direcionamentos estáticos, ela alcança a interação com docentes e discentes, promovendo a sociabilidade mútua nas aprendizagens. Tendo em vista nossa participação desde a implementação do DCRC no Ceará, destacamos o município de Brejo Santo/CE, que tem orientado os professores da Rede Municipal de Ensino a trabalharem com a construção de propostas de atividades, planos de aulas, ações e até projetos que coadunam com o desenvolvimento da aprendizagem, a partir dessas normatizações.

As formações continuadas para professores em Brejo Santo/CE, funcionam com



uma equipe de formadores desde a Educação Infantil, seriação do primeiro ao quinto ano, professores regentes II e nas áreas de Linguagens, Ciências Humanas, Matemática e Ciências, acontecendo mensalmente, através de um calendário com cronograma desses encontros formativos (MENDES, 2018). Dessa forma, os professores da Rede Municipal de Ensino de Brejo Santo/Ceará, participam do processo formativo com organização, conforme cada área de ensino, que é ofertada pela Rede Municipal de Educação.

Chegamos a Brejo Santo, Ceará, em agosto de 2015, para assumirmos concurso de Professor efetivo na Rede Municipal de Ensino, na Zona Rural do Município, e, em 2017 fomos convidados pela Secretária de Educação, Jacqueline Braga, para trabalharmos na função de Professor Formador na Secretaria Municipal de Educação. Estivemos gerenciando a Formação Continuada de Professores (Área de Linguagens) no município de Brejo Santo, Ceará, no período de 2017 a 2020. Já em 2021, à convite da Prefeita Gislaime Landim fui convidado a coordenador projetos e ações culturais na Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos de Brejo Santo e, posteriormente em 2023, a compor a Equipe da Superintendência Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Brejo Santo-CE. Esse tempo foi propício para coordenarmos vários encontros formativos, acompanhamentos pedagógicos em diversas escolas e construções de diversos instrumentais pedagógicos. Esse período foi marcante e autoreflexivo para o desenvolvimento desse trabalho relacionado a formação de professores conectada com o Documento Curricular Referencial do Ceará, pois percebemos que, os municípios cearenses após quatro anos de implementação desse documento, ainda encontram desafios na aplicabilidade das novas regulamentações em suas unidades escolares.

Nossa inspiração e determinação para o estudo desta pesquisa qualitativa deve-se ao fato de ser Licenciado em Português, como também especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, construindo um percurso pedagógico com diversas ações, projetos, setores e funções desempenhadas como professor, orientador, consultor, formador de professores, produtor cultural e crítico educacional, foi despertando interesse pela temática e análises de instrumentais adaptados conforme a proposta do município em estudo: Brejo Santo, no Ceará.

A metodologia que será aplicada é com base em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e pesquisa documental. Com isso, serão realizadas várias reflexões com documentos que agregam diretamente a este estudo, como: Constituição Federal, Base Nacional Comum Curricular, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Documento



Curricular Referencial do Ceará, Resolução CNE/CE nº 02, de 01 de julho de 2015 e a nº 01 de 27 de outubro de 2020.

Uma vasta busca e apreciação em sites da internet foi intensificada, encontrando endereços eletrônicos com muito conteúdo que aprimoram essa pesquisa, como: ANPAE, ANPEd, ANFOPE e a Revista Retratos da Escola .

Muitos autores, pesquisadores, educadores e especialistas no campo educacional foram consultados, como: Ball (2001), Campos (2022), Candau (2000), Corazza (2001), Feldens (1993), Fernandes; Vieira; Nogueira (2023), Freire (1997), García (1999), Libâneo (2010), Luck (2009), Nonato (1987), Pereira (2010), Rocha (2016), Sacristan (2013), Saviani (2016), Silva (1999), Young (2007) e Zaballa (2014). Por fim, os dados serão tratados a partir da Análise de Conteúdo de Bardin.

Para tratarmos dessa análise educacional sobre o município de Brejo Santo, fomos a procura e encontramos vários registros em diversos veículos de comunicação internacional, como o Jornal El País. Em abrangência regional temos o livro:” Brejo Santo, a cidade educadora: Luz e inspiração para o Brasil” de autoria da Professora Ana Jacqueline Braga Mendes e a Revista Itaytera, que registra dados históricos do município. Consultamos ainda o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e da Secretaria de Educação do município de Sobral, Ceará.

O objetivo geral que norteia este estudo consiste em analisar sobre os impactos do Documento Curricular Referencial do Ceará na Formação Continuada de professores e seu processo de implementação no município de Brejo Santo/CE. Diante do exposto, o estudo está pautado nos seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar sobre a formação continuada de professores;
- b) Analisar a Proposta da Formação Continuada de Professores apresentada pelo Documento Curricular Referencial do Ceará;
- c) Refletir sobre as aproximações e distanciamentos entre o DCRC e a BNCC e os seus impactos no município de Brejo Santo/CE.

O DCRC instrumentaliza a política educacional cearense, apresentando diretrizes que norteiam a reconstrução do currículo escolar, incentivando ações desse material orientador e colaborando com a necessária contribuição que atenda a todas essas expectativas. O currículo, dentro do contexto escolar, é construído no âmbito reflexivo e prático para o desenvolvimento da aprendizagem.



Com isso, mesmo com a Campanha motivadora encampada pela ANPEd em 2016, denominada “*Aqui já tem currículo*”, podemos refletir sobre currículo e DCRC.

Assim, podemos compreender a definição de currículo e questionarmos: o Documento Curricular Referencial do Ceará é currículo? Tentaremos responder a essa pergunta durante toda a análise que faremos adiante.

A apropriação deste contribui para a construção de novos saberes, novas ações motivadoras de conhecimento e atividades significativas como as brincadeiras para as crianças, feiras de arte, projetos artísticos nos ambientes de aprendizagem da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, pesquisas com a arte local na construção do conhecimento, jogos lúdicos para evidenciar o letramento matemático e aulas utilizando as metodologias ativas de aprendizagem, entre outros.

Apesar que, nem todos os professores têm acessos a essas novas legislações e normatizações, desde pelo motivo do tempo ou motivações para isso, o que pode ou não ocasionar o fracasso escolar, desmotivação na profissão e falta de estímulo na atuação docente.

Outrossim, os desafios que surgem se referem às questões pertinentes que contribuem para educação qualificada, principalmente com a integração das áreas com os diversos diálogos e suas etapas de ensino. A partir do ponto de vista do outro, acontece uma visão diferenciada de como atuar com os estudantes (IMBERNÓN, 2009). Com isso, são construídas novas formas de reelaborar a ação pedagógica e diferenciar as metodologias para o avanço didático pretendido pelas novas diretrizes, desde que, o professor compreenda esse processo, o que na maioria das vezes não é consolidado, por isso do descontrole didático das ações pedagógicas em sala de aula e/ou fora dela.

O propósito da Formação Continuada de Professores é o desenvolvimento profissional, como afirma Freire (1997), e vai além da sua carreira inicial, contribuindo para um projeto didático, com novas estratégias pedagógicas, dado que a educação precisa acompanhar as realidades sociais, econômicas, filosóficas e tecnológicas, com interatividade, a partir de criações e recriações positivas. Por isso essa análise reflexiva deve instigar-nos a sermos (re) construtores das aprendizagens significativas e colaboradores ativos nesses processos educativos.

Nesse sentido, é essencial, que os novos conhecimentos aprimorem os saberes docentes e impulsionem para o ofício de ensinar, visto que os contextos educacionais precisam ser mensurados e necessitam sempre de aprimoramentos pedagógicos, com



planejamentos direcionados e registros das ações didáticas, metodologias aplicadas, flexibilidade e dinamicidade. A Formação Continuada de Professores deve ser espaço de interatividade.

A proposta coaduna com as dificuldades encontradas em diversas instituições escolares, para que possa contribuir satisfatoriamente na estruturação de novas e/ou diferentes metodologias, logrando êxito na prática docente e a garantia da aprendizagem, que é um desafio no sistema educacional brasileiro.

Atualmente, todo o sistema educacional brasileiro precisa congregiar suas atividades com as novas regulamentações e, por isso, o aprimoramento didático e pedagógico a partir dessa reflexão proposta é significativa, pois permite a viabilização de novos olhares desse novo formato de aprendizagem, sendo a Formação Continuada de Professores alinhada ao DCRC, uma estratégia metodológica para essa finalidade.

Para este estudo vamos apresentar temáticas que abordaremos análises e reflexões, conforme a seguir: no capítulo primeiro, temos a Formação Continuada de Professores com um panorama reflexivo e suas contribuições para o aperfeiçoamento das aprendizagens. No segundo capítulo abordaremos os caminhos metodológicos da pesquisa com a pesquisa qualitativa e documental, com foco na Análise de Conteúdo de Bardin. Também apresentaremos os documentos que serão analisados na pesquisa e suas caracterizações, através dos aspectos didáticos e a Formação Continuada de Professores: Base Nacional Comum Curricular e Documento Curricular Referencial do Ceará.

No terceiro capítulo apresentaremos o Documento Curricular Referencial do Ceará como um norteador para nosso estudo, pois desde a sua origem demonstra muito significado para a prática docente, com suas grandes contribuições na elaboração de importantes estratégias e avanços significativos, constituindo as diretrizes de ensino para a Educação do Estado do Ceará, valorizando as especificidades locais e dialogando com o Currículo Escolar.

No quarto capítulo teremos uma análise da Composição Didática com foco na Formação de Professores, a partir do Documento Referencial Curricular do Ceará, como estratégia essencial para Formação Continuada de Professores, destacando a reorganização da ação pedagógica e proposta de um modelo de Plano de Aula alinhado ao DCRC, como forte parâmetro para implementação do documento.

Abordaremos ainda, inúmeras análises reflexivas que auxiliam na fruição pedagógica com o apoio do documento orientador: DCRC. Sendo este um elemento



funcional que pode ou não garantir a reformulação didática que o documento almeja. É necessário leituras, estudos, planejamentos e apropriação pedagógica para o favorecimento das aprendizagens. A Formação Continuada de Professores é um caminho que poderá contribuir para isso, desde que o docente desenvolva as habilidades necessárias com autorreflexão.

Portanto, este estudo visa a construção reflexiva com a Formação Continuada de Professores, a partir dos instrumentos analisados, interconectando com o DCRC. Tendo a oportunidade de discorrer sobre a temática, com o propósito de considerá-la como instrumento essencial para o fazer pedagógico e reestruturação do currículo.



1. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

1.1- CONCEITO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Na etimologia da palavra formação temos a origem latina *formatio*, *ōnis* que significa forma, configuração. Podemos então, a partir disso, refletir sobre a Formação Continuada de professores como uma forma de construir a prática docente ou uma configuração que se estende nas esferas educacionais.

A Formação de Professores é uma das dimensões do Plano de Ações Articuladas (PAR), juntamente com formações dos profissionais de serviço e apoio escolar. Vemos o destaque mais definido para o Professor, mas não é ele o único profissional responsável pela aprendizagem do aluno. Todos colaboram direta e indiretamente para a ação pedagógica e sucesso na vida escolar do discente.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) é uma política de valorização do magistério ligado a CAPES, sendo integrado ao PAR. A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica criada 2003 possibilita uma ação do MEC para atender a demanda para uma política nacional para Formação Continuada de Professores.

Ainda acrescentamos os Programas Pró-Letramento, Gestar II, Curso de Especialização em Educação Infantil, Programa ProInfantil, Cursos oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), entre outras políticas que agregam garantia da Formação Continuada de Professores, para melhor atender a demanda nacional e regional. Como também as entidades que podem contribuir para o fortalecimento da aprendizagem, como a participação ativa de órgãos e instituições para a promoção da intersetorialidade em prol do conhecimento, dentro de uma escola viva, que VIEIRA (2002) “trata-se de iniciativa, através da qual, a escola transforma-se em ‘polo de comunidade de aprendizagem’, potencializando o seu uso e sua função social”.

Observa-se, portanto, a importância da Formação Continuada de Professores para a garantia do resultado positivo da aprendizagem dos alunos e alunas. Mas, sabemos que

[...] a formação inicial e permanente da maioria das profissões centrou-se e se reduziu à aprendizagem de alguns conhecimentos, ignorando as habilidades para o desenvolvimento da profissão. (ANTONI, 2014, p. 18).



Com isso, contemplamos a excelência de aderirmos a Formação Continuada de Professores como processo contributivo para o aperfeiçoamento do docente, visto que, nem todos os conhecimentos são consolidados, nem tampouco as habilidades necessárias para fruição pedagógica. O desafio está além, como podemos exemplificar, no alinhamento dessa ação formativa conectada ao Documento Curricular Referencial do Ceará, na reformulação curricular e desdobramentos do DCRC com viés reflexivo. Por isso, da necessidade de evoluirmos pedagogicamente na profissão, a partir dessa construção contínua.

Atualmente, com a implantação dessas normas vigentes, urge a criação de diversos mecanismos que aprimorem a estruturação formativa a partir das novas legislações, com suas contribuições e inovações metodológicas, para garantir a aprendizagem integral dos alunos e planejamento direcionado ao professor.

Podemos exemplificar a partir das (re) elaborações dos Planos Municipais de Educação (PME) e Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos municípios brasileiros, alinhados e atualizados conforme as normas vigentes, como forma de garantia da qualidade profissional do docente. Algo que, muitas vezes deixam a desejar, por falta de interesse ou escassez de novas diretrizes que contribuam diretamente na valorização do magistério, especificamente, na formação de professores.

Segundo Imbernón (2009), “[...] se a formação não estiver acompanhada de mudanças contextuais, trabalhistas, de premiação, de carreira, de salário, pode-se culturizar o mestre, até criar-lhe uma identidade, mas sem torná-lo mais inovador” (IMBERNÓN, 2009, p. 35). Por isso, a importância da garantia da qualidade formativa para o professor deve assegurar também, incentivos que sustentem a carreira profissional, como as promoções salariais, reformas trabalhistas e as gratificações que concedem a política de valorização do magistério.

Nesse sentido, a reorganização curricular deverá ser acompanhada de outros valores e subsídios que garantam efetivamente o trabalho docente de qualidade.

Porém, Rocha e Pereira (2019) afirmam que

[...]a política da BNCC constrói um discurso normatizador e regulador, principalmente quanto à sua intencionalidade de alinhamento das políticas de avaliação, formação docente, material didático e outras à política curricular.” (PEREIRA, 2019, p. 2023).



Com isso, temos a Formação Continuada de Professores como elemento de alinhamento com as políticas de avaliação, material didático e outras que sustentem a ação curricular com a qualidade de ensino e suas nuances pedagógicas, destacando a sua intenção e padronização do alinhamento aos docentes, quanto as normas vigentes.

Mas, o que é a Formação Continuada de Professores? Tendo em vista a nossa análise criteriosa sobre a temática, vamos apresentar algumas observações a respeito, contextualizando com a nossa vivência pedagógica.

Ela é um instrumento orientador que fundamenta as ações pedagógicas, promovendo a articulação de meios para o desenvolvimento da aprendizagem, tanto para o professor, que é o foco da formação, como o estudante, que é a figura central do processo didático.

A partilha de conhecimentos na Formação Continuada de Professores é primordial para a produção de novos conhecimentos e aprimoramentos de técnicas que auxiliam na qualificação didática para todos. Não estamos discutindo sobre replicabilidade de métodos, estamos enfatizando os caminhos e possibilidades com as trocas de experiências e vivências no contexto escolar.

Formação de Professores é estudo, experiência, pesquisa, busca, trocas, vivências, lutas, igualdade, imparcialidade, reflexão, autorreflexão e interação. É inovar com criatividade e autonomia didática.

García (1999) traz uma análise sobre formação de professores, como Desenvolvimento Profissional dos Professores, “valorizando o caráter contextual, organizacional e orientado para a mudança”. O autor nos apresenta diversas análises sobre a experimentação, integração e estratégias que auxiliam o professor em sua prática educativa.

A formação dos professores considerou durante muito tempo a aula, e tudo o que nela acontece, como único indicador válido para promover ações de formação para professores. (GARCÍA, 1999, p. 143).

As competências de ensino para o professor não podem estar ligadas somente a aula em salas ou espaços, como fator único, mas, diversas tarefas que ele pode agregar a partir de suas experiências e desenvolvimento de sua prática. Nesse sentido, a formação continuada de professores pode auxiliar.

Isso, levam-nos a refletir sobre as adaptações que são necessárias para a garantia de políticas públicas que valorizem a Formação Continuada de Professores com teor renovável e mutável, assegurando as transformações didáticas que o sistema



educacional exige.

Isso mostra-nos a participação de todos que fazem a rede de ensino como construtores da aprendizagem, de forma democrática e fundamentada na formação do aluno. Porém, podemos afirmar que quando apresentamos a Formação Continuada de Professores, estamos também incluindo gestores escolares que são contemplados com essa descentralização.

Para tanto, vale salientar que Rocha (2016) apresenta uma discussão da Associação Nacional para Formação dos Professores da Educação (ANFOPE), em prol de uma formação de professores que não tenham foco somente em habilidades e competências, pois

[...]a formação continuada é a busca de um conhecimento novo, na constante reflexão de determinado tema sob novas perspectivas, sobretudo na qualificação pessoal, voltado à oferecer um ensino atualizado e de qualidade proporcionando uma melhora no processo ensino aprendizagem. (ANFOPE, 2019, p. 24).

Com isso, é necessário conhecermos os documentos que instrumentalizam a ação docente, compreendendo seu papel colaborador e refletindo sobre as mudanças necessárias para o aperfeiçoamento da aprendizagem do alunado.

A ANFOPE realiza eventos, encontros e reflexões em todo o Brasil, tendo em vista que,

[...] os seminários nacionais se propõem à troca e à socialização do conhecimento, com o necessário diálogo entre teoria e prática, com as diversas entidades de estudos e pesquisas e as instituições formadoras, com discussões proficuas sobre a realidade da educação e da formação de professores no Brasil. (ANFOPE, 2023, p.5).

Estas discussões são benéficas para as melhorias das políticas públicas para formação de professores, como também a luta de diversas instituições, como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Em Brejo Santo/Ceará, a Formação Continuada de Professores funciona da seguinte forma:

A equipe é composta por três formadores especialistas na Educação Infantil (creche e pré-escola) um formador por seriação do 1º ao 5º ano, um formador para professores regente II (demanda gerada pelo terço de redução), um formador na área de Língua Portuguesa, um formador para Língua Inglesa, um formador na área de Humanas, um formador na área de Matemática, um formador na área de Ciências Biológicas. As formações acontecem mensalmente, com calendário pré-agendado usando uma parte do tempo da redução de um terço de aulas para não ter comprometimento no processo de ensino e aprendizagem. (MENDES, 2018, p. 66).



Tendo em vista esse cronograma nos encontros formativos, podemos observar que, a Formação Continuada de Professores não está somente direcionada a esses momentos formativos, mas as reuniões, observações em sala de aula, atendimentos pedagógicos, estudos em grupos específicos e disponibilização de material didático e paradidático.

A Formação Continuada de Professores é uma dinâmica que deve ser muito ativa em todas as esferas, seja federal, estadual ou municipal. Ela garante a profissionalização adequada ao docente e permite a progressão intelectual para o aperfeiçoamento da aprendizagem.

Os professores que são contemplados com a Formação Continuada estão habilitados para o exercício da docência com maestria e poderá auxiliar a cadeia educativa com as discussões, aprimoramentos e reelaboração de metodologias que garantam a aprendizagem com mais eficácia.

Para que o professor não seja abruptamente submetido para adesão a conjuntos curriculares sem reflexões e participações, mas a equacionalização desses, para o melhor aproveitamento e aperfeiçoamento da aprendizagem, sem necessariamente dedicar-se a avaliação externa, somente.

Com o advento das políticas de avaliação externa e seu crescente protagonismo, grande número de iniciativas de formação continuada no país tem sido pautado pelas avaliações externas e conduzido de forma associada à conquista de bons resultados nesses exames. (FERNANDES; VIEIRA; NOGUEIRA, 2023, p. 27).

Nesta perspectiva, temos a garantia da aprendizagem como o caminho a ser trilhado pela Formação Continuada de Professores, gerando uma partilha de conhecimentos e, conseqüentemente, o aprimoramento de métodos que amplifiquem esses conhecimentos. A Formação Continuada de Professores é movimento, pois o cenário é sempre desafiador e instigante para o processo de desenvolvimento das aprendizagens. Com isso, temos a ação transformadora que concebe desenvolvimento didático no desempenho da interação entre professores e estudantes.

Adiante, vamos apresentar o que a legislação tem encaminhado para a instrumentalização da formação de professores, considerando a sua importância e viabilidade de mecanismos que garantam esse desempenho docente.



1.2- COMO A LEGISLAÇÃO ESTÁ ORIENTANDO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A Formação Continuada de Professores é uma estratégia significativa para os docentes, visto que, esses profissionais da educação precisam estar diretamente ligados as atualizações das normas e leis que regulamentam a Educação Brasileira. Desde a Constituição Federal, como também as resoluções, orientações e pareceres, são norteadores para o efetivo exercício da docência.

Assim, a formação continuada não pode ser reduzida à atualização, menos ainda a um treinamento ou capacitação para a introdução de inovações ou compensação de deficiências da formação inicial. Devido a experiências anteriores, é comum entre os professores considerar programas institucionais como pacotes a serem executados, gerando uma atitude refratária a eles e comprometendo propostas de formação continuada. Por isso, torna-se urgente desenvolver uma cultura de formação alicerçada na reflexão crítico-teórica, considerando os determinantes sociais mais amplos e as suas implicações no cotidiano do professor e no seu processo profissional. Se a formação continuada supõe cursos, palestras, seminários, atualização de conhecimentos e técnicas, ela não se restringe a isso, mas exige um trabalho de reflexão teórica e crítica sobre as práticas e de construção permanente de uma identidade pessoal e profissional em íntima interação. (BRASIL, 2005, p. 25).

A ação reflexiva na Formação Continuada de Professores é um suporte que precisa ser mais intensificado, pois, ainda percebemos muitos profissionais da Educação utilizarem este termo como meramente encontros formativos ou um evento esporádico.

A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2020).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996, apresenta a Formação Continuada de Professores no artigo 63, inciso III em que define “programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”. Na mesma Lei, também temos no artigo 67, inciso II: “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.”

Quão importante e necessário temos na Formação Continuada de Professores, pois é uma forma de garantir a reflexão desse estudo, sendo um elemento propício para melhoria da aprendizagem, não somente para o aluno, mas para o professor também.



O professor, como profissional da educação, a quem compete participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, zelar pela aprendizagem dos alunos, participar efetivamente do planejamento e das avaliações das atividades escolares e de articulação com a comunidade, deve também ser sujeito de seu próprio desenvolvimento profissional. Isto é, compete a este profissional participar ativamente dos programas, projetos e ações de formação continuada que visam qualificar o trabalho docente. (BRASIL, 2005, p. 17).

O professor é um grande articulador na instituição escolar, pois é partícipe da ação educacional e tem autonomia docente para garantir sua qualificação profissional. Na Lei de Diretrizes e Base da Educação é apresentada a mola propulsora para fundamentação das diversas atividades inerentes ao professor, conforme o artigo 13 desta Lei, em que contém as seguintes normatizações:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996, p. 6).

Assim, os direcionamentos funcionais do profissional da educação, em que o mesmo deve conhecer e estar alinhado. No Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 apresenta 20 metas para o período de 2014 a 2024 e a de número 16 afirma que é necessário:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Ainda podemos ressaltar que, a Formação Continuada de Professores vai além de encontros e momentos formativos. Ela está presente em todo o processo que está sendo (re) construído pelo profissional, seja em qual etapa ou nível que ele se encontre, desde que o mesmo se envolva decididamente para a abertura ao novo e autoreflexão. A Formação Continuada de Professores não é um período isolado, pronto ou acabado. É



movimento, busca e interação.

O Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, em 01 de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial de nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, com a Resolução número 02, em seu Art. 5º.

A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão. (BRASIL, 2015, p.6, resolução 02).

A teoria e prática são elementos presentes no ofício docente, em que a teoria, o professor tem seu primeiro acesso na formação inicial e, conseqüentemente na formação continuada e a prática quando estar em sua função professoral, em sala de aula ou fora dela, executando seus planejamentos pedagógicos.

A seguir vamos apresentar como Brejo Santo, no Ceará, município em destaque nessa pesquisa, trata a Formação Continuada de Professores e suas construções, a partir das estratégias utilizadas e alinhamento com o Documento Curricular Referencial do Ceará.

1.3- A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM BREJO SANTO

Nesse momento nos detivemos em dialogar a respeito da formação continuada dos professores no município de Brejo Santo/CE. Compreendemos que o debate sobre a formação continuada está adquirindo cada vez mais visibilidade devido aos impactos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação básica e discussões de forma em geral. Nesse sentido, visando exemplificar o que foi dito anteriormente torna-se necessário mencionar sobre uma reportagem do El País acerca da educação no município em estudo, conforme observa-se na figura 3



Figura 3 – Recorte da matéria do Jornal El País¹

Edição: ESPAÑA ASSINE FAÇA LOGIN

EL PAÍS

Brasil

Como a pobre Brejo Santo, no Ceará, construiu as melhores escolas públicas do Brasil

Cidade desafia todos os estereótipos e teorias pedagógicas para conquistar o maior Ideb nacional

ANA CAROLINA CORTEZ
Brejo Santo, Ceará - 12 AGO 2016 - 15:16 BRT

[WhatsApp](#) [Facebook](#) [Twitter](#) [Link](#)

Fonte: CORTEZ, 2016

Brejo Santo é referência na construção das melhores escolas do país, conforme noticiou o Jornal El País, em 12 de agosto de 2016. Na reportagem, o município é mencionado como destaque na educação brasileira, por possuir um dos melhores índices nas avaliações externas, bem como, por ter um padrão de excelência pedagógica que vem sendo construído pelo investimento feito para professores, como formações, piso salarial superior ao nacional e bonificações, como cita a matéria.

No caso da cidade visitada pelo EL PAÍS, os 921 professores da rede municipal fazem treinamentos semanais na secretaria de Educação, como parte de um programa de educação continuada do município. O piso salarial é superior ao nacional, que hoje soma 2.135 reais. Os magistrados também recebem bônus de final de ano, um 14 salário que acompanha o desempenho da sua escola no Ideb e no Spaece, prova que mede o conhecimento dos alunos no Estado do Ceará (El país. Como a pobre Brejo Santo, no Ceará, contruiu as melhores escolas pública do Brasil. 12 de agosto de 2016).

Durante a estadia da equipe dessa reportagem na cidade de Brejo Santo, estávamos em sala de sala, numa escola localizada na zona rural do município. Nesse período também já pesquisava nesta unidade escolar com a temática: “O trabalho

¹ Acesso ao conteúdo completo:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/10/politica/1470862656_476387.html



pedagógico com práticas educativas na Escola Nóbilino Alves de Araújo, em Brejo Santo/Ceará, como enfrentamento da Pobreza e Desigualdades Sociais, para conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A partir dessa pesquisa realizada no município, percebemos a grandiosidade e os potenciais educacionais que a cidade conquistou, tendo em vista um percurso construído anteriormente a essa época, através de suas gestões municipais e projetos pedagógicos bem acentuados. Mesmo que

os avanços sociais conquistados nas últimas décadas, por meio das políticas dos governos mais esquerda, não foram o suficientes para assegurarmos a consolidação do caminho para uma sociedade mais justa. Assim, temos que seguir perseguindo a transformação social (CAMPOS, 2022, p. 64).

Por esse caminho já trilhado, a partir das reconstruções pedagógicas, o município de Brejo Santo define um percurso histórico na qualidade dos índices educacionais internos e externos, antes e durante a implementação do DCRC (etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental).

A implementação do Documento Curricular Referencial do Ceará em Brejo Santo deve assegurar a continuidade do trabalho pedagógico realizado, pois a Formação Continuada de Professores é apresentada como fator prioritário no município, atendendo todas as áreas de ensino, com temáticas diversificadas, com intuito de aprimorar as metodologias docentes, a partir dos Encontros Formativos, que acontecem mensalmente.

Percebemos a importância da dinâmica formativa no município, pois eles constroem pautas necessárias que atendem diretamente aos anseios dos profissionais da educação e a realidade que os discentes se encontram. A ação formativa ganha amplitude profissional quando os educadores socializam os planejamentos e execução das aulas, com projetos e ações exitosas, pois permitem aberturas para o sucesso coletivo, como acontecem em Brejo Santo/Ceará.

Além desse exemplo para Formação Continuada de Professores, podemos visualizar o grandioso trabalho realizado pela Prefeitura de Brejo Santo, através da Secretaria de Educação Básica do município, que oferta além dos encontros e atividades para professores, muitos materiais didáticos aos docentes e discentes, para o apoio pedagógico, como livros didáticos, paradidáticos, orientações com Plano de Curso



Anual, Cronograma de atividades, eventos pedagógicos, Formação Continuada de Professores com foco na aprendizagem, qualificação da equipe de Formadores, mochilas, fardas e vários recursos didáticos para apoio aos docentes e docentes.

O município foi agraciado com novas Unidades Escolares, como também diversas reformas nas escolas em todo território Brejo-santense, implementando também inúmeros laboratórios (Matemática, Ciências e Informática), além de construções de quadras poliesportivas e disponibilidade de grande acervo didático e paradiático para os alunos com foco no desenvolvimento das atividades didáticas, jogos recreativos, parques infantis, entre outros. Mas, mesmo assim, com todos esses equipamentos instalados e oferecidos ao alunado, a garantia da aprendizagem precisa ser com a mesma intensidade, tendo a formação continuada de professores uma grande aliada e parceira nessas novas abordagens educativas.

Este estudo pretende apresentar propostas de reflexão na qualidade da educação, a partir de algumas orientações propostas no DCRC, auxiliando os municípios cearenses para sua adequação necessária, a partir da Formação Continuada de Professores, com análise dos documentos norteadores: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Nesse sentido, é viável trabalhar as dimensões do conhecimento contidas no documento de forma flexível, a partir de atividades contínuas, com planejamentos e diálogos com os intercomponentes. Não podemos realizar eventos esporádicos no cotidiano escolar para atender aos instrumentos burocráticos, sem assegurar os anseios que o conhecimento exige. É com base nas atividades escolares que criamos e recriamos significativamente nossa relação existencial, com valores, emoções, questionamentos, produção de conhecimentos e construção de sentido na aprendizagem na interação social, como assinala Koch (2010).

Por isso, é válido compreender que é necessária uma efetiva transformação educacional com docentes e discentes, para alcançarmos a garantia dos direitos de aprendizagem que o DCRC e a sociedade almejam. Portanto, o trabalho se estende à linha de pesquisa de Metodologias e Práticas na Educação, uma vez que se propõe analisar o alinhamento construtivo a partir dos desafios e possibilidades na formação de professores e professoras, levando em conta os direcionamentos e seus elementos norteadores para reelaboração do currículo escolar.



1.4- O DCRC E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO CEARÁ

O Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) foi elaborado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A homologação da BNCC (Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental) aconteceu em 2017 e, em 2019, o Ceará estruturou o Documento Curricular Referencial do Ceará, trazendo elementos contributivos para implementação no Estado e firmando pacto com os municípios cearenses. Adiante vamos aprofundar sobre as caracterizações desses documentos e analisar as suas funcionalidades para a Formação Continuada de Professores.

Assim, no Ceará, a BNCC (Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental) é fonte de elaboração para uma nova proposta denominada DCRC, conforme implementado pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) e União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME), em 2019. Tivemos a grande satisfação em participar da primeira Formação da implementação do DCRC/CE, no dia 29 de julho de 2019, em Fortaleza-CE.

Esse documento objetiva atender as especificidades da região – com orientações, direcionamentos para Formações Continuadas de Professores, diretrizes e ações básicas que abarquem os direitos de aprendizagem e facilitação do planejamento de ensino – uma vez que o docente atua de maneira situada, ou seja, em contextos específicos, mas a partir de conhecimentos globais.

Temos assim, uma contribuição valiosa do documento orientador para subsidiar os professores, em seus planejamentos, execução de aulas e avaliação das práticas docentes, com um referencial que atende a demanda, a partir de um olhar curricular que agrega na Formação Continuada de Professores. Mas, como os direitos de aprendizagens são garantidos, a partir desse alinhamento com o DCRC?

Primeiramente vamos conhecer a realidade educacional brasileira, seus contextos e suas diversas nuances, quando

[...] na nossa sociedade, muitas vezes os processos educativos são impermeáveis à realidade do contexto social em que se inserem. O cotidiano educacional transforma-se num mundo auto-referido, que ignora o cotidiano social. Em muitas ocasiões, nem sequer existem um espaço para que os diferentes sujeitos possam expressar e refletir sobre a estruturação de seu dia-a-dia, de suas famílias e comunidades. As práticas educativas e a vida parecem ser dois mundos que se ignoram. Romper com essa desarticulação é uma inquietude básica de educação em direitos humanos (CANDAUI, 2000, p. 159).

Um critério que podemos citar como valioso para as práticas educativas



reflexivas, como garantia da aprendizagem, é a Formação Continuada de Professores, como estratégia significativa para a reelaboração dos currículos, como orienta o DCRC e está descrita na LDBEN, conforme o artigo 26, em que define que

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996).

Neste sentido, o professor cearense necessita de um processo formativo contínuo e reflexivo, para integrar a sua prática docente alinhada ao DCRC, pois

[...] é preciso considerar que a realidade atual exige professores (as) que deixem de ser apenas “ensinantes” e compreendam a importância de também aprenderem no diálogo com os (as) estudantes. É possível que, ao ingressar no mundo do trabalho, os (as) jovens enfrentem situações que envolvam conhecimentos e tecnologias que hoje ainda não existem, portanto, problemas que não se sabe quais serão. As pessoas precisam, então, ser preparadas para desincumbir-se, satisfatoriamente, diante desse desconhecido (CEARÁ, 2019, p. 71).

Com a compreensão da importância da Formação Continuada de Professores como uma ação envolvente, não é possível pensar que o “(a) docente foi, e ainda continua sendo formado (a) para “dar aulas”, “transmitir conhecimentos”, ser o “ator principal” do processo de ensino e aprendizagem.” (CEARÁ, 2019).

Com a implementação do DCRC, a Formação Continuada de Professores precisa ser uma das prioridades educacionais no cenário atual, no que tange à reformulação dos currículos e, com isso o desenvolvimento da aprendizagem interativa do educando. Mas, o professor não é só aquele profissional que tende a preocupar-se somente com a ação curricular, devido a grande demanda ofertada na vivência escolar, com articulação com a família, desenvolvimento de projetos, reuniões de planejamentos, encontros didáticos, jornadas pedagógicas e outras que porventura venham presenciar no exercício da docência.

Não obstante a isso, encontramos desafios na atualidade que carregamos por muito tempo, que precisamos refletir.

Num sistema educacional como o construído/desconstruído nos tempos atuais há que se reconhecer a amplitude e seriedade de problemas da educação de professores, que vão dos pseudos e “novos” modelos de “profissionalismo”, à ambiguidade e incerteza de professores emanadas da problemática da educação em geral e das tentativas de profissionalização docente, ao grande número de contingente feminino na força do trabalho –



não como opção consciente, mas pela interferência de fatores econômicos e ideológicos - a heterogeneidade das categorias envolvidas nos processos, ao baixo status decorrente dos baixos salários e da falta de definição de papéis e funções do profissional educador (FELDENS, 1993, p. 126-127).

Então, podemos definir a formação de professores num quadro abaixo que detalha as especificidades de vários níveis da formação docente, como também suas interfaces e aplicabilidade.

Figura 2 – Formação de Professores



Fonte: elaborada pelo autor (2023)

Percebemos que, desde a formação básica que o docente obtenha, é necessário assumir uma sala de aula com as prerrogativas que cada etapa determina, como exige a LDBEN, em seu artigo 61. Na Formação complementar os professores têm a oportunidade de atualizar seus estudos através de cursos que auxiliam na condução de suas metodologias.

Na Formação continuada de Professores temos a oferta de estudos, leituras e encontros com outros professores, para alinhamento pedagógico das ações educacionais e (re)construção do currículo, como orienta o DCRC, a fim de profissionalizar o agente da educação, o professor.

Já na Formação avançada existe o investimento profissional com cursos de Pós-Graduação, que aprofundam os conhecimentos e promovem a pesquisa de novos



métodos. Também não podemos ignorar as construções vivenciadas cotidianamente pelo professores, por meio da interatividade, experiências e descobertas.

Todos os dias aprendemos e, no caso do professor, habitualmente ensina. Então, ele vive nesse relacionamento de ciclo de aprendizagem e ensinagem².

Por isso, propomos uma análise reflexiva com a temática: A Formação Continuada de Professores no Município de Brejo Santo/CE: Interconexão com o Documento Curricular Referencial do Ceará, com análise reflexiva no que tange a orientação e prática docente, com esses instrumentais de caráter pedagógico, utilizados no município de Brejo Santo, Ceará, que servirão de farol para diversas cidades cearenses, que estão encontrando inúmeras dificuldades na implementação do DCRC e aplicabilidade com estratégias, na Formação Continuada de professores.

O DCRC é um documento que precisamos consultar e se empoderar de forma pedagógica e consciente, visto que, ele nos apresenta elementos fundamentais para nossa reconstrução didática, no que refere ao currículo e suas interfaces. Porém, o professor precisa estar atento a sua adaptação didática, conforme a realidade e particularidades pedagógicas em que está inserido. O documento não pode ser o único e exclusivo para a ação metodológica.

A Formação Continuada de Professores é salutar nesse processo de adesão e reformulação curricular. Dessa forma, vale salientar que, no DCRC, estão contidas as orientações que sistematizam a realidade curricular do Ceará, já que, na BNCC, o documento norteia o currículo a nível nacional.

Tendo, notadamente a prática docente como fator preponderante na Formação Continuada de Professores, apesar que “A prática pela prática é repetição, não tem qualquer interesse ou utilidade para a formação dos professores”. (NÓVOA, 2022, p. 14).

Desta maneira, podemos verificar que esse documento ainda é distante de muitos professores, gestores e profissionais da educação cearense. Em alguns municípios do estado, ele ainda está engavetado, estático e sem funcionalidade. Em Brejo Santo-Ce, ele faz parte do planejamento de professores e gestores educacionais.

Nessa perspectiva, percebemos que os docentes precisam conhecer profundamente esse documento – tirar da gaveta - e direcionar sua ação pedagógica com as orientações contidas nele e na BNCC, haja vista que, antes disso,

² Termo adotado por Léa das Graças Camargo Anastasiou, mestre em Currículo pela UPR, doutora em Didática e pós-doutorado pela FEUSP.



[...]a primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC (BRASIL, 2018, p. 21).

Saber da origem desse documento, sua finalidade e funcionalidade nos traz seguridade, nos processos de ensino e aprendizagem, desde que, o professor tenha autonomia didática e postura proativa para elaborar seu planejamento e construir sua metodologia, conforme o objetivo proposto. Ademais, Ball (2001) provoca-nos a partir de sua consideração em que “os espaços nos quais são possíveis a reflexão e o diálogo sobre os valores são eliminados”. (BALL, 2001, p. 108).

Com isso, o professor precisa mediar os conjuntos propostos no documento norteador (DCRC) com a construção de espaços para o diálogo, focado em valores humanos. Podemos refletir por meio de uma atividade com a história local, promovendo a valorização regional da escola, comunidade, cidade ou até a participação mais ativa nos colegiados escolares, a exemplo, o Grêmios Estudantil que estão presente no cotidiano escolar.

1.4.1- CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL DE BREJO SANTO – CEARÁ

O município de Brejo Santo fica situado no interior do Ceará, precisamente na Região do Cariri, com uma população estimada em 2022 de 51.090 pessoas, PIB per capita de R\$ 14.200,26 (2020) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,647 (2010), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brejo Santo foi fundado em 26 de agosto de 1890, conforme o Decreto Estadual nº 49, que na época era denominada “Vila Brejo dos Santos”. É uma cidade polo, em que congrega muitas riquezas históricas, fossilíferas, culturais e educacionais.

É indiscutível que os primitivos habitantes de Brejo Santo pertenciam à numerosa Tribo Cariri, que foi encontrada ocupando uma área não muito extensa, que se estendia do Sul do Ceará ao Centro da Bahia e do Oeste de Pernambuco às quebradas orientais da Borborema. (ANSELMO, 1956, p. 187).

Percebemos a grandiosidade histórica do município de Brejo Santo e sua



importância no Cariri Cearense, que agrega várias cidades de grande porte, como Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, entre outras. Brejo Santo é a porta que recebe todos que adentram na região do Cariri Cearense, desde a sua origem.

É evidente que o chamado homem civilizado pisou os massapês de Brejo Santo à mesma época, logicamente antes de atingir o âmago da região caririense. (ANSELMO, 1956, p. 188).

Segundo relato do renomado historiador, é notório que os primeiros habitantes da cidade são pertencentes aos povos indígenas, como também a importância para a efusão habitacional na Região do Cariri Cearense. Brejo Santo é um município que se destaca pelo seu desenvolvimento e historicidade, onde se localiza de forma estratégica e paisagística. A inclusão da cidade na Rodovia da BR 116 é um dos motivos de crescimento e de grande destaque para a expansão urbana.

No contexto político e administrativo do município, destacamos a personalidade do ilustre José Wellington Landim, que desde o seu primeiro cargo eletivo, no período de 1989 a 1992, em que assumiu a Prefeitura, (CAVALCANTE, 2009), logrou êxito e contribuiu satisfatoriamente para o desenvolvimento da localidade, na elaboração de novas estratégias, para alta elevação do município. Desse período até os dias atuais, temos a constatação de visualizarmos a escalada que o município transpassou.

Partindo dessas questões históricas, o município apresenta riquezas culturais, sociais, patrimoniais e educacionais. As evidências na área da Educação apresenta grandes avanços nos resultados dos índices a nível nacional e regional.



2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Propomos nesta pesquisa uma análise para reconstruções pedagógicas, através de documentos norteadores que fazem parte da prática docente dos Professores da Rede Municipal de Brejo Santo, Ceará: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC). Essas análises são a partir das reflexões e vivências de nossa atuação no município em estudo.

A Investigação desses documentos são primordiais para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois, a análise reflexiva desta poderá demonstrar a garantia da aprendizagem, mesmo com a reestruturação curricular e implementação do DCRC no município de Brejo Santo, Ceará.

Porém, a análise passa a ser minuciosa, pois requer critérios que antes não tinha percebido, quando estava na produção e reflexão desses documentos. A inserção de diversos pensamentos, estudos mais aprofundados e criticidade, temos a oportunidade de sermos cautelosos e, com isso, imbuídos de provocarmos discussões de caráter reflexivo, na busca da educação qualificadora, a partir da Formação Continuada de Professores.

Nosso intuito é propiciar uma discussão sobre a prática docente, com os instrumentais utilizados, analisando a BNCC (Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental) e o DCRC e a importância da Formação Continuada de Professores para os profissionais que trabalham na área da Educação. Vamos analisar esses documentos como forma de refletirmos sobre a importância da aprendizagem, mesmo com a adesão desses novos instrumentos para a reformulação curricular.

Apresentaremos os documentos nesta pesquisa não como fatores determinantes e mais importantes na Formação Continuada de Professores, mas, como elemento contributivo de subsidiar os docentes em suas práticas e, com isso, sermos inspirados para elaboração de novos instrumentais e metodologias que contribuam diretamente para o desenvolvimento da aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular Referencial do Ceará são documentos que fazem parte da presente pesquisa documental, com destaque na Formação Continuada de Professores.



2.1- PESQUISA QUALITATIVA

O presente estudo se configura como uma pesquisa qualitativa, priorizando materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Para realizar as intervenções formativas propostas, este estudo levará em consideração uma análise de documentos representativos, através de instrumentais, utilizados por professores e professoras vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Brejo Santo-Ceará, como forma de demonstrar as competências envolvidas no processo do desenvolvimento da aprendizagem em questão. Até porque

existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc (GIL, 2008, p. 51).

Com isso, necessitamos de aprofundamento desses documentos que precisam ser analisados e, criticamente explorados, como forma de torná-los como elementos apoiadores da prática docente. Eles são norteadores para o processo de aprendizagem, mesmo em sua fase de implementação. Por isso, entendemos que a pesquisa qualitativa:

respondem a questões muito particulares. Ela, se ocupa nas Ciências Sociais, com nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Nesse sentido, será realizada uma observação analítica de registros que estão intrinsecamente ligados à prática docente e formação de professores, como também documentos envolvidos no processo da pesquisa, que informaremos logo adiante. A partir disso, serão identificados os desafios recorrentes entre os docentes e algumas possibilidades na Formação de Professores e Professoras.

Logo, esse estudo se dará no campo educacional da cidade de Brejo Santo, no Ceará, tendo como referência a implementação do DCRC nas unidades escolares,



através da formação de professores, como também a experiência profissional na condução da Formação de Professores de Brejo Santo na área de Linguagens e participação do Encontro de Formadores Regionais para Implementação do DCRC, em Fortaleza, Ceará.

Através disso, abordaremos sobre a formação continuada de professores, alinhada ao Documento Curricular Referencial do Ceará e sua ação contributiva na garantia da aprendizagem.

2.2- PESQUISA DOCUMENTAL

Do latim *documentum*, um documento é um escrito, um texto que apresenta a comprovação de algo, através de registros com significados, objetivos e interesses. A Pesquisa Documental nutre de evidências que são registradas por meio de instrumentos que materializam a investigação. Com isso,

[...]a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p. 51).

A análise dos documentos e seu tratamento reflexivo, contribuem na construção de novas metodologias e formas de avançarmos com as orientações do DCRC, com destaque na Formação de Professores. Pois, eles são os facilitadores de aprendizagem que compõem a conjuntura educacional de maneira mais direta, com o desenvolvimento do conhecimento, mesmo que, esteja na etapa de sua efetivação na reorganização curricular.

Os documentos analisados para esta Pesquisa Documental estão descritos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Documentos analisados

DOCUMENTOS	FONTES/ACESSOS	TAREFAS
Base Nacional Comum Curricular (Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental)	Internet	Leituras, reflexões e adesão
Documento Curricular	Internet e Encontro de	Leituras, discussões,



Referencial do Ceará	Implementação	planejamentos e adesão
Proposta de Plano de Aula	Elaboração	Estratégia de implementação do DCRC.

Fonte:elaborada pelo autor (2023)

Nessa pesquisa vamos realizar tratamento desses documentos que fazem parte da rotina de alguns professores da Rede Municipal de Educação de Brejo Santo/Ceará. Mas, para isso vamos realizar uma pesquisa qualitativa com esses documentos norteadores mencionamos anteriormente, com a Análise de Bardin (2011), que aplicou essas técnicas na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas.

2.3- A ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN (2011)

Apresentamos esta pesquisa, a partir da Análise de Bardin como forma de refletirmos sobre a instrumentalização em favor da prática docente e fator contributivo para Formação Continuada de Professores, pois (BARDIN, 1977, p. 31) afirma que: “ a análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações”. Neste caso, podemos definir que a comunicação escrita é a que vamos analisar, a partir dos documentos utilizados na Rede Municipal de Brejo Santo, município pesquisado neste estudo. Destacamos o Documento Curricular Referencial do Ceará como principal elemento dessa análise.

MINAYO (2009) apresenta a pesquisa qualitativa em três etapas: exploratória, trabalho em campo e análise e tratamento do material. Já (BARDIN 1977) define que a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação. É importante salientar, a importância de todas essas dimensões que contribuem com a pesquisa qualitativa, visto que, a subjetividade com a construção da realidade é algo que possamos refletir, para geração de novas atitudes.

A propositura dessa pesquisa é analisar qualitativamente diversos documentos que agregam qualidade no ensino e na prática docente. O principal desses é o DCRC. A técnica utilizada é a Análise de Conteúdo, que é um



[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Com isso, precisamos ainda realizar essa análise de forma criteriosa com o DCRC, visto que, a análise de conteúdo é um conjunto de várias técnicas que, propomos a Análise Temática, porque

[...] consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 1979, p. 105).

Este estudo engloba diversos instrumentos pedagógicos, contruídos por professores que lecionam em diversas escolas em todo território brejo-santense, visto que, é uma diversidade de experiências e vivências docentes que enriquecerá nosso trabalho, assim como afirma Richardson (1999, p. 19): "O uso apenas de uma vista não oferecerá uma representação adequada ao espaço total que desejamos compreender". Por isso, que necessitamos de olhares diferenciados e vivências diversificadas para o alcance do objetivo didático: o desenvolvimento da aprendizagem.

O levantamento qualitativo será realizado por meio de leituras e análises de documentos que são fontes materializadas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento desta reflexão. Sendo assim, este estudo também se configura como interpretativo (MATTOS, 2011).

Os contatos não serão apenas com documentos, pois são feitos muitos planejamentos, projetos e organização de aulas, com normatizações que regem a educação.

[...] o esforço de levantar dados pode ser realizado através de contatos diretos. Isto significa que o pesquisador deve conversar informalmente com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. (GONSALVES, 2011, p. 36).

Por isso, vamos aprofundar as teorias a partir dos dados contidos nos documentos e, também, através das experiências e reflexões construídas com professores e professoras, para melhor desempenho do estudo, examinando os autores e especialistas que abordam sobre o assunto e registros que detalham sobre a temática em destaque, como também a vivência, através do caminho percorrido com a Formação Continuada de Professores no município de Brejo Santo, Ceará.



Para a construção dessa pesquisa qualitativa foi realizado um roteiro com buscas em sites institucionais, arquivos pessoais, reportagens e documentos que fizeram parte da nossa experiência com docentes, quando exercíamos a função de professor formador, tanto no município de Brejo Santo, quanto na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE). A pesquisa se torna, assim, um eixo essencial na formação de professores (LINHARES, 2011).

2.4- CARACTERIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE SERÃO ANALISADOS

Os Documentos que serão analisados são utilizados pelos Professores da Rede Municipal de Brejo Santo/CE, com o objetivo de facilitar o processo e desenvolvimento nas Formações Continuadas de Professores.

Esses documentos são orientadores para a prática docente, desde o planejamento, execução e avaliação, pois permeiam as diversas sequencias de atividades para a efetivação da aula.

Cada documento descrito aqui é primordial para os tratamentos que vamos apresentar, tendo a Formação Continuada de Professores, meio propício para reflexão, construção e autoreflexão da prática docente.

Os documentos encontrados na Pesquisa Documental foram: Plano de Curso Anual (Proposta Curricular 2019), Propostas Pedagógicas, Cadernos Pedagógicos, Livro Didático, Livros Paradidáticos e Plano Estruturante de Língua Portuguesa (Este apresentado pela SEDUC-CE). Além do Documento Curricular Referencial do Ceará, que foi construído no Ceará à luz da Base Nacional Comum Curricular.

Além disso, foram consultados alguns documentos com atividades do Curso de formação para implementação do DCRC no Ceará, contendo dinâmicas e orientações para formadores municipais, com atividades de observação de aula. Esses foram descartados para essa pesquisa qualitativa porque detalham somente a implementação do DCRC no Ceará, com os roteiros dos encontros formativos e relatório de uma aula observada.

Os documentos que permanecem na Pesquisa são: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), pois eles precisam permear ações educativas em todos os Componentes Curriculares, não somente em Língua Portuguesa.

Esses materiais são importantes guias de consulta e norteadores para uma ação docente elaborada, mesmo com a implementação da BNCC a nível nacional. Esses



instrumentais fomentam a reorganização curricular e promovem a garantia da aprendizagem aos alunos e professores, através das orientações didáticas replicadas nas Formações Continuadas de Professores.

Assim, também está inerente a este estudo a discussão acerca dos impactos da implantação do DCRC com a formação dos professores, a partir de uma extensa leitura reflexiva da BNCC e do DCRC e acompanhamento de sua implementação no município de Brejo Santo - Ceará. Desse modo, assumimos que o papel da educação como edificante, atuante e mutável.

Nosso olhar para este trabalho é de investigador, contribuinte para a análise reflexiva da formação de professores, com observações realizadas criticamente ao Documento Curricular Referencial do Ceará, principal elemento dessa pesquisa.

Portanto, de um lado, estão os documentos a serem analisados, a fim de desenvolver uma ação crítica, através de instrumentais úteis para formação de professores, com contextos educacionais explícitos. De outro lado, apresentaremos a análise didática e reflexiva desses documentos, como forma de apresentarmos uma proposta de reconstrução curricular, não no sentido literal, mas, sobretudo com reflexões e adaptações.



3 DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ (DCRC): DEFINIÇÃO E CONTEXTO

O Documento Curricular Referencial do Ceará é pautado à luz da BNCC e é instituído para contribuir com o Programa Curricular Estadual do Ceará, envolvendo em sua proposta as peculiaridades existentes no estado do Ceará, como forma de assegurar a aprendizagem para todos, na etapa da Educação Infantil e Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

3.1- O CONTEXTO HISTÓRICO DO DCRC

O Documento Curricular Referencial do Ceará nasce da necessidade de adaptação da Base Nacional Comum Curricular no Estado do Ceará, com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na reconstrução de seus currículos escolares. Através da pesquisa realizada, não temos encontrado a adesão de forma concreta a esse documento, nos municípios cearenses.

Tendo em vista a necessidade dessa readequação curricular, somente o município de Sobral, no Ceará, teve a iniciativa de construir sua Proposta Curricular, conforme orientação do DCRC. Se no estado do Ceará existem 184 municípios, então, ainda tem muito a se fazer para a concretização dessa reformulação curricular alinhada ao DCRC.

O DCRC foi elaborado por diversos especialistas, professores, secretários municipais de educação, formadores, leitores, articuladores, representantes das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação e Etapas de Ensino. Verificamos a ausência de representantes do Grêmio Estudantil, um colegiado muito importante para o diálogo coletivo, a fim dessa estruturação do DCRC.

Em fevereiro de 2018, foi disponibilizado no site da BNCC, materiais de apoio para que os estados e municípios pudessem reelaborar as propostas curriculares. Dentre esses materiais, podemos destacar o Guia de Implementação da Base Comum Curricular, em que orienta o processo do percurso da implementação e desenvolvimento de todas etapas necessárias.



Figura 4 – Guia de Implementação da BNCC



Fonte: Brasil (2018)

Em 2019, o Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação e UNDIME-CE, coordena e finaliza o Documento Curricular Referencial do Ceará, tendo por objetivo apoiar a (re) elaboração do currículo à luz da BNCC, apresentando a identidade cearense e as suas peculiaridades históricas, sociais, culturais, regionais e pedagógicas.

O Documento Curricular Referencial do Ceará (doravante, DCRC) é constituído por diretrizes e linhas de ação básicas que configuram o Projeto Curricular do Estado do Ceará. Contamos com todos para torná-lo realidade na sala de aula, por meio das instituições educacionais cearenses públicas e privadas, de forma a assegurar o direito de aprender das/dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental — anos iniciais e finais (CEARÁ, 2019, 19).

O DCRC foi construído a partir das orientações da BNCC, com as ferramentas e material de apoio disponibilizados pelo ProBNCC³, que articulou o país para a implementação da Base em todo o Brasil. Este documento contém alguns elementos que foram acrescidos, que vai além dos que estão inseridos na BNCC, como podemos citar: Pressupostos teóricos, epistemológicos e políticos, Temas integradores: abordagem transversal, Objetos Específicos, Relação intracomponente, Relação intercomponente e Competências Específicas.

³ Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) surgiu em 2018 com o objetivo de apoiar as Secretarias de Educação dos estados brasileiros, para revisão ou elaboração da implementação dos currículos alinhados à BNCC.



Figura 5 - Capa do DCRC



Fonte: Site da Secretaria Estadual do Ceará, 2019

O DCRC foi implementado em 2019, através da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, com encontros formativos que a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) promoveu e, conseqüentemente as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES), com sua extensão e posteriormente, os municípios cearenses, por meio das Secretarias Municipais de Educação. O ideal que esses encontros tivessem continuidade com a avaliação da proposta curricular, orientações mais intensas nos municípios cearenses e acompanhamentos mais efetivos, realizados pelas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação e Secretarias Municipais de Educação. Assim, teríamos uma Formação Continuada com sequencias orientativas para o aprimoramento da aprendizagem.

A partir de então, foram realizados encontros com professores, gestores e profissionais da educação para os alinhamentos das propostas pedagógicas com o DCRC.

Mas, as orientações devidas são explícitas nos documentos, tanto na BNCC quanto no DCRC, que favorecem a compreensão das ideias contidas em outros documentos inspiradores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDB).



Na formação de professores, como em qualquer sistema educacional e social, pode-se distinguir duas grandes categorias, capazes de organizar o universo pedagógico: o técnico e o prático (RUZ, 1998, 86).

Utilizamos os termos acima citados: técnico e prático, no sentido de inferir técnico como os instrumentais que auxiliam efetivamente na Formação Continuada do Professor, através de seus documentos contributivos, e prático, o planejamento, execução e avaliação da aula, que garanta a aprendizagem significativa.

3.2- DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ (DCRC)

O Documento Curricular Referencial do Ceará foi elaborado à luz da Base Nacional Comum Curricular, através da ProBNCC, sendo aprovado através da Resolução nº 474/2018 do Conselho Estadual de Educação do Ceará, em que

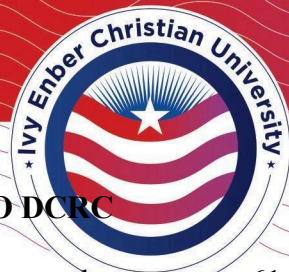
[...] fixa normas complementares para instituir o Documento Curricular Referencial do Ceará, Princípios, Direitos e Orientações, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental e orienta a elaboração de currículos e sua implementação nas unidades escolares dos sistemas estadual e municipais do Ceará. (CEARÁ, 2018).

O Parecer nº 0906/2018 do Conselho Estadual de Educação do Ceará

aprova normas complementares para instituir e orientar a implementação do Documento Curricular Referencial do Ceará: Princípios, Direitos e Orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará. (CEARÁ, 2018).

O DCRC tem a finalidade de garantir os processos de ensino e aprendizagens dos estudantes cearenses, alinhado as normas contidas na Base Nacional Comum Curricular. Mas, esse objetivo pode ser alcançado, se a cadeia educacional do estado do Ceará for impactada positivamente com esse documento, que orienta, mas não pode ser superior as construções e reflexões que os docentes elaboram há anos.

Ele tem destaque em nossa pesquisa, por ser um documento normativo que orienta as práticas pedagógicas do ensino cearense, através da reelaboração do currículo, como está descrito na Resolução 474/2018 do CEE-CE e permeia todo o nosso trabalho científico.



3.3- CARACTERIZAÇÃO DO DCRC

O DCRC é um documento volumoso com 614 páginas. A capa e a contra capa do Documento Curricular Referencial do Ceará contém elementos que representam as manifestações artísticas e culturais do Ceará, como: índios, folclore, música, couro, bumba meu boi, sanfona, cactos, entre outros que podemos visualizar na figura número 05, dessa pesquisa científica. Esses subsídios ilustrativos elencados na capa precisam ser inseridos de forma veemente nas pautas formativas, planos de aulas, planejamentos estratégicos e reconstruções curriculares.

Nas páginas seguintes do DCRC, temos o corpo político que participavam da gestão da época que o documento foi homologado, como também secretários, comitês, equipe de gestão, equipe de currículo, leitores críticos, comissões regionais de implementação da Base Nacional Comum Curricular e secretários municipais de educação que assinaram o termo de colaboração para construção do DCRC, sendo que, o secretário de educação do município de Brejo Santo não consta nessa elaboração.

O Documento tem quatro partes em que estão apresentadas da seguinte forma:

Parte I: Contexto Estadual, histórico, marcos legais e princípios;

Parte II: Pressupostos teóricos, epistemológicos e políticos;

Parte III: Temas Integradores: Abordagem Transversal;

Parte IV: Etapas de Ensino

Na parte I do DCRC está a apresentação da contextualização da educação do Ceará, com o currículo cearense e sua abrangência, marcos legais e princípios norteadores. Na parte II apresenta a Fundamentação Pedagógica, Competências, Habilidades e Operações Cognitivas, como também as concepções, Formação do(a) Professor (a), modalidades de ensino, articulação curricular, planejamento e avaliação educacional.

A parte III contém os Temas Integradores: Educação em Direitos Humanos, Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Educação para a Paz, Educação em Saúde e Cuidados Emocionais, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental, Educação para o Trânsito, Educação Patrimonial, Educação Financeira, Educação Fiscal e Cidadania, Educação das Relações Étnico-Racial, Relações de gênero, Cultura Digital,



Educação Territorial e Educação para o envelhecimento, respeito e valorização das pessoas idosas.

Na parte IV estão contidas as Etapas de Ensino: Educação Infantil, com seus princípios curriculares, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, planejamento dos ambientes de aprendizagem e planilhas com informações conforme a faixa etária das crianças. Já no Ensino Fundamental tem a apresentação explanando sobre a etapa, as Áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso com seus respectivos Componentes Curriculares. Nessa etapa também tem uma planilha contendo os detalhes conforme cada ano do Ensino Fundamental.

3.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DO(A) PROFESSOR(A) NO DCRC: reflexões

No Documento Curricular Referencial do Ceará estão contidas as reflexões com a temática relacionada a Formação do Professor (fruto da construção dessa pesquisa e inspiração para o destaque desse trabalho), apresentando contribuições para o desenvolvimento da aprendizagem, rompendo o modelo de ensino centralizado na docência, dando ênfase na aprendizagem coletiva entre alunos e professores.

Percebemos a primordialidade da Formação Continuada de Professores, principalmente numa época em que estamos, em que o profissional da educação precisa estar constantemente pesquisando, estudando e se reinventando com as práticas pedagógicas, devido aos grandes desafios enfrentados.

Apesar que, o DCRC traz poucos estudos e direcionamentos sobre a Formação de professores, por isso que estamos apresentando esse estudo reflexivo, tendo em vista as dificuldades de implementação deste, nos municípios cearenses.

Temos a necessidade pedagógica de obter maiores encaminhamentos com percursos formativos, para a adesão e fruição didática. Mesmo que seja um professor experiente com anos na docência ou algum profissional que esteja iniciando a carreira professoral, todos necessitam de orientações pedagógicas.

O DCRC foi elaborado no intuito de preparar professores, atendendo as particularidades e expectativas de aprendizagem, mas, apresenta pouco conteúdo sobre Formação Continuada de Professores. Isso pode ser uma grande deficiência na ação colaborativa da aprendizagem e escassez de informações diretamente para o professor, que é o responsável da execução da aula.

O Documento deveria trazer mais metodologias orientativas com foco na



Formação de Professores, visto que, esses necessitam de apropriação didática para o seu planejamento, execução e avaliação da aprendizagem.

Apresenta também que “É preciso considerar que a realidade atual exige professores (as) que deixem de ser apenas “ensinantes” e compreendam a importância de também aprenderem no diálogo com os (as) estudantes” (CEARÁ, 2019). Podemos entender o quão importante seria ter neste documento tão útil, uma orientação mais direcionada para o professor, quanto a formação de professores.

Temos a referência que, o aluno também contribui no processo, pois ele instiga, questiona, vivencia, experiencia e, se envolve na dinâmica formativa, aperfeiçoando a prática docente com profissionalização.

Com a proposta pedagógica que apresentamos, de que a escola desenvolva no aluno as competências e habilidades do século XXI, faz-se necessário romper com o modelo predominante de ensino centralizado na docência. Esse rompimento permite avançar no sentido de um **processo de ensino e aprendizagem interativo**, em que professores (as) e estudantes sejam protagonistas e haja espaço privilegiado para o diálogo na construção do conhecimento. (CEARÁ, 2019, p. 71).

Por isso da importância de olharmos para Formação Continuada de Professores não somente como encontros instrutivos e isolados, mas com uma visão sistêmica e construtiva para o aperfeiçoamento profissional, doravante as experiências e reflexões consolidadas.

Optamos, então, por assumir o termo formação continuada como uma dimensão fundamental do processo de valorização do profissional da educação – além das condições de trabalho, salários e carreira - na construção da práxis por meio da compreensão dos processos envolvidos na atividade educativa: intenção e ação. Isso possibilita ampliar e repensar os sentidos e significados dessa prática, de forma a construir uma ação consciente a partir da problematização da realidade, o que fará crescer a autonomia do profissional e promover a elevação moral e intelectual dos sujeitos envolvidos. (ANFOPE, 2021, p. 34-35).

Nosso papel é fazermos com que os profissionais da educação valorizem e contribuam satisfatoriamente para o processo educativo, a partir da Formação Continuada de Professores, pois, muitas vezes, nem mesmo esses educadores facilitam o seu desenvolvimento pedagógico e social, devido a vários fatores, como: descrédito da Formação Continuada, ausência de tempo para estudos, formador desqualificado, material escasso, encontros exaustivos, jornadas pedagógicas sem foco, falta de incentivo salarial, muitas tarefas acumuladas, turmas numerosas, entre outros.

No DCRC são citados os pesquisadores Schön, Sacristán, Perrenoud, Tardif,



Alarcão e Nóvoa como incentivadores do elo entre teoria e prática, em que discutem uma Formação de Professores pautada no trabalho docente. Mas, visualizamos a ausente orientação prática, de como o professor pode inserir em sua ação didática essas novas normatizações.

Assim, o professor precisa estar conectado com a Formação Continuada de Professores com ações práticas, que garantam a qualificação profissional do educador, visto que, a preparação é necessária e urgente.

De outro modo, ressaltamos a necessidade de um processo formativo continuado, gerando competências, saberes e práticas capazes de concretizar a escola como um local em que não só se prepara a/o educanda/educando para a vida futura, mas onde este preparo é contextualizado e atende as exigências do mundo contemporâneo. Buscamos, por conseguinte, uma instituição educacional competente no cumprimento de sua função social, no qual inserimos o desenvolvimento de valores, habilidades e competências das diferentes áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, é importante que esta formação continuada tenha parte da sua execução na própria escola, local de trabalho do (a) professor (a), cumprindo o que atualmente é denominado de formação em contexto. (CEARÁ, 2019, p. 71-72).

A escola é um espaço interativo com muitos elementos e funções que agregam a exponencial Formação Continuada de Professores, como os encontros pedagógicos, reuniões com as famílias, eventos escolares, desenvolvimento de projetos, diálogos entre professores, construção e reconstrução do projeto pedagógico da escola e vivência no cotidiano, fazem com que o professor obtenha uma continuidade profícua em sua formação profissional.

Adiante, aparece a figura de um profissional que deve contribuir positivamente para o processo metodológico e significativo na Formação Continuada de Professores: o coordenador pedagógico.

Esse tipo de formação inclui o coordenador pedagógico no exercício da sua função de formador, colaborando com o professor **na reflexão da sua própria prática** e na criação de estratégias de intervenção referentes a mudanças que venham ressignificar a atuação docente. (CEARÁ, 2019, p. 72).

Neste caso, o coordenador pedagógico deveria atuar como formador de professores, em sua Unidade Escolar, auxiliando os docentes em seus afazeres didáticos, nas construções de planos de aula e acompanhamento eficaz.

Assim, a inclusão do coordenador nesse processo formativo é uma imensa contribuição para a reflexão e prática docente, pois esses profissionais são preparados para exercer a função de coordenação pedagógica na instituição escolar. Com isso, esse profissional poderá auxiliar o professor nas atividades escolares, contextualizando



atividades e dando o suporte pedagógico necessário

Portanto,

[...] compreendemos que a formação do (a) professor (a) é um dos “calcanhares de Aquiles” para o sucesso da implementação do DCRC, tendo em vista que o (a) docente foi, e ainda continua sendo formado (a) para “dar aulas”, “transmitir conhecimentos”, ser o “ator principal” do processo de ensino e aprendizagem. (CEARÁ, 2019, p. 71).

A reelaboração do currículo cearense através da implementação do DCRC é um desafio crucial, e para isso precisamos compreender que a Formação Continuada de Professores é um dispositivo latente para a uma nova fase que a educação almeja com a garantia da aprendizagem. O professor precisa assumir sua função docente como protagonista e buscar novas formas metodológicas para atender a demanda atual, em que precisamos estar conectados com as orientações vigentes e regulamentações propostas para o ensino.

3.5- APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO DCRC

Afirmamos que, os documentos em destaque: BNCC e DCRC são os principais referenciais de nossa pesquisa, constituintes de nossa análise e incorporados em nosso estudo, mas que eles precisam estar infiltrados na prática docente, através da Formação Continuada de Professores.

Na parte III do DCRC, em que está no terceiro capítulo, temos os Temas Integradores, que já citamos anteriormente. Os temas precisam ter orientações mais adequadas para a fruição didática, visto que, a temática sobre as Relações Étnico-Raciais (SOUZA, 2022) afirma que

[...] as medidas e os retrocessos dos últimos quatro anos exemplificam sobre a necessidade de que as relações étnico-raciais e o diálogo intercultural precisam estar presentes na formação inicial de professores para que o debate seja materializado nas licenciaturas. (SOUZA, 2022, p. 1).

Assim, podemos verificar a importância da Formação Continuada de Professores para o avanço nos diversos diálogos que o docente se depara e na função que ele exerce cotidianamente, necessitando de um repertório cultural que afaça grandes conhecimentos e integração, como destacamos com os temas de



abordagem transversal, presentes no DCRC e análise criteriosa que fizemos com a capa deste documento.

Percebemos a inexistência de direcionamentos mais elaborados e específicos para a Formação Continuada de Professores e sua funcionalidade na implementação do DCRC nos municípios cearenses. Pois, mesmo o documento sendo extenso, verificamos o distanciamento em sua aplicabilidade, por meio da Formação Continuada de Professores.

3.6- O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO DCRC A PARTIR DOS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS

O Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) é construído a partir da Base Nacional Comum Curricular, que é um elemento fortalecedor da Educação Brasileira, tendo em vista suas contribuições e capacidades para instrumentalizar a aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 7).

Em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), com a seguinte descrição:

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Na Constituição Federal e na LDBEN temos a valorização da Base Nacional Comum e sua importância nos currículos. Seguindo esse histórico da BNCC, temos em 1997, a Consolidação dos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN's), como forma de dinamizar o trabalho das Unidades Escolares na construção de seus currículos.

O ano de 2015 é preponderante para o avanço da BNCC, pois entre os dias 17 a 19 de junho, acontece o I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNC. O evento reuniu especialistas, pesquisadores e assessores para progressão do



documento.

Em 16 de setembro desse mesmo ano, é disponibilizada a primeira versão da BNCC, para que houvesse a mobilização no país, que aconteceu no período de 02 a 15 de dezembro de 2015. A segunda versão da BNCC foi disponibilizada em maio de 2016 e já no mês de agosto deu-se o início a terceira versão.

Em 22 de dezembro de 2017, o Ministério da Educação, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, através da Resolução CNE/CP N° 2/2017.

Em março de 2018, os professores tiveram acesso a parte homologada da BNCC: as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. No mês de abril do mesmo ano, a versão do Ensino Médio foi homologada, completando todas as etapas da Educação Básica.

Contudo, precisamos lembrar que, no auge dessa construção, acontecem movimentos contrários a efetivação da BNCC, como citamos no início desse trabalho (Aqui já tem currículo – ANPED), em que várias discussões opõem-se à Base Nacional Comum Curricular. Vamos aprofundar nossa análise com a BNCC, no intuito de apresentar toda sua estrutura e organização, como forma de afirmar que ela é currículo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma normativa que colabora com a educação brasileira, tendo elementos essenciais para o aperfeiçoamento da aprendizagem e a sua integralidade. Por isso, a BNCC é currículo.

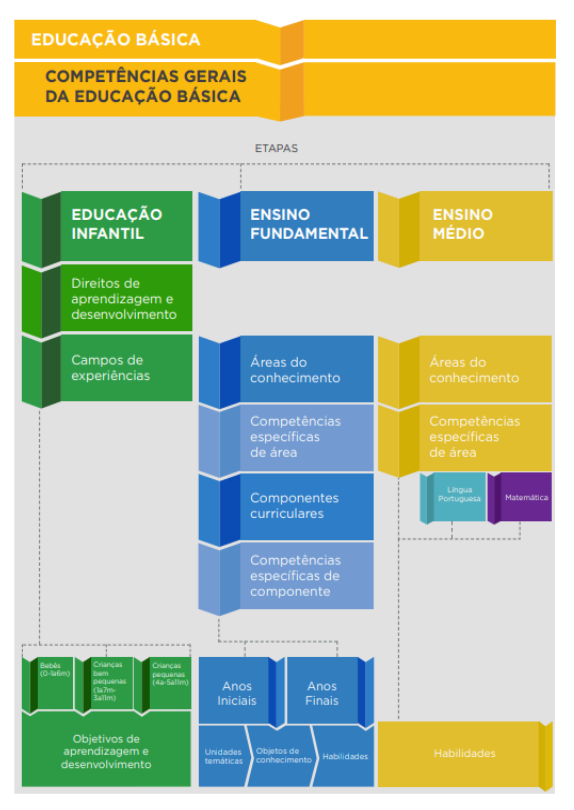
[...] elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro (BRASIL, 2018, p. 5).

Na BNCC a inserção das competências e habilidades no contexto escolar é apresentada de forma dinâmica e, com isso uma contribuição significativa nos processos de aperfeiçoamento da aprendizagem. Este documento é uma mola propulsora que mobiliza a ação docente frente ao desenvolvimento frutífero do aluno, pois professor e aluno são colaboradores da construção do conhecimento (KLEIN, 1999).

A BNCC é uma normatização que atende as três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A seguir vamos verificar como a BNCC está dividida com essas três etapas.



Figura 06 – Quadro geral das três etapas da Educação Básica



Fonte: BRASIL, 2019

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) podemos verificar os códigos de aprendizagens que estão organizados, conforme uma sequencia que apresentamos a seguir:

Figura 07 – Exemplificação dos Códigos de Aprendizagem da BNCC



Fonte: BRASIL, 2019

Podemos observar na figura acima, que as letras e números têm significados para planejar, acompanhar e avaliar as atividades propostas em seus programas didáticos, como também a elaboração do planejamento da aula e as expectativas de



aprendizagem.

Com isso, o professor deve se apropriar desse documento, para construir seu plano de aula e desenvolver suas habilidades docentes, através de sua autonomia. Neste caso, além do aluno que está na etapa escolar aperfeiçoando suas competências, do mesmo lado está o professor, adentrando na condução da aprendizagem com clareza.

Por isso, a importância da Formação Continuada de Professores, visto que, são necessários os alinhamentos, estudos e adaptações com a BNCC, através das orientações que são fundamentais para a garantia da aprendizagem, desde que o professor se aproprie de forma autônoma e formate sua prática docente com o estabelecimentos de vários fatores, como: a construção do plano de aula conforme desafios encontrados, participação nos planejamentos coletivos, aprimoramento de suas práticas, metodologia aplicada, entre outros.

Esses documentos também podem ou não, contribuir satisfatoriamente para Redes Municipais de Ensino do Ceará e em todo Brasil, com adaptações e encaminhamentos, conforme a realidade de cada município brasileiro.

Em outros estados, como o Ceará, em que o encaminhamento é a organização pela Secretaria Estadual de Educação de um grupo de trabalho com a participação dos municípios, para elaboração de um “documento orientador”. Neste Documento Curricular Referencial do Ceará – Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRC), constam as sinalizações de como os municípios poderão construir as suas propostas curriculares. Ou seja, o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) é o Projeto Curricular do Estado do Ceará. Nele tem-se as diretrizes e linhas de ação para assegurar os direitos de aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens, na escola pública e privada, no Ceará. (CAMPOS, 2022, p. 72-73).

Nesta pesquisa documental vamos demonstrar uma análise dos documentos que foram apresentados e consultados, a partir das orientações pedagógicas na implementação do Documento Curricular Referencial do Ceará, em Brejo Santo, Ceará. Vamos compreender que, a implementação do documento no referido município, não quer dizer que o mesmo possua uma Proposta Curricular Municipal alinhada ao DCRC.

O ideal seria o erguimento do Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino, construído com as vozes que fazem a educação, como também pessoas externas e sociedade civil, como forma de democratização e aproximação da realidade que a educação ainda precisa atingir. A partir disso, a execução da proposta com investimento do desempenho dos profissionais da educação, tornado-o vivo e compartilhado por todos.



3.7- DIALOGANDO SOBRE CURRÍCULO ESCOLAR: UMA FERRAMENTA DA APRENDIZAGEM

A importância do Currículo Escolar ativo nas unidades escolares é um desafio presente em muitas cidades brasileiras, visto que, a implementação da BNCC, juntamente com as instituições contrárias a sua implementação, trouxeram bastante reflexões referentes a este assunto, no qual definimos como pertinentes para este estudo.

E os professores, gestores e comunidade escolar precisam se apropriarem dos currículos escolares para avançarem com as normatizações contidas na Base Nacional Comum Curricular com criticidade. E a Formação Continuada de professores é um meio para esse avanço pedagógico.

Podemos nos apropriar de conceitos ressaltados na teoria de STEPHEN BALL (2011) para sustentar as nossas análises do sistema educacional, tendo em vista a riqueza de suas contribuições neste campo e sua imponente atuação. O referido pesquisador universal destaca o campo da política educacional como tipo de “ação social criativa”. Em seus processos e atos, é necessário capturar não os efeitos sobre coletividades sociais abstratas, mas antes a interação complexa de identidades, interesses, coalizões e conflitos (BALL, 2011, p.44).

Porém, a realidade que enfrentamos em nosso país é de grandes desigualdades sociais e de despreparo educacional, como afirma (PEREIRA, 2010):

Um cenário permeado de dificuldades centradas na regulação curricular feita pelas instâncias mantenedoras, através do processo avaliativo classificatório a que são submetidos estudantes sem o devido preparo nas inúmeras escolas do Brasil (Pereira, 2010, p. 20).

Esses elementos apresentados interferem na aprendizagem e favorecem aos que são mais privilegiados, desde a garantia dos direitos de aprender as propostas elencadas, para termos um currículo ativamente presente em nosso meio.

Nesse sentido, o DCRC objetiva garantir, aos estudantes e às/ aos estudantes, o direito de aprender um conjunto fundamental de conhecimentos e habilidades comuns — de norte a sul do estado, nas escolas públicas e privadas, urbanas e rurais. Pretendemos, por meio das orientações aqui apresentadas, reduzir as desigualdades educacionais existentes no Ceará, nivelando e, principalmente, elevando a qualidade do ensino. Como consequência da ação educacional a ser desencadeada, também, temos a intenção de formar estudantes com habilidades e conhecimentos considerados



essenciais para o século XXI, incentivando a modernização dos recursos e das práticas pedagógicas e promovendo a atualização do corpo docente das instituições de ensino. Esse documento está alinhado à determinação pedagógica assumida pelo estado quanto à aprendizagem na idade certa, desde o processo de alfabetização às demais aprendizagens essenciais subsequentes. (CEARA, 2019, p. 20).

Por esse motivo que o DCRC, construído a partir da BNCC, afirma uma política de garantia da aprendizagem, por meio das orientações e promoção de Formação Continuada de Professores, através da atualização do corpo docente, no qual busca-se a redução das desigualdades educacionais que existem no Ceará. Precisamos compreender esse fator social não como uma afronta ou “como algo fora dos contextos relacionais” (BALL, 2011, p. 36), mas entender de forma mais ampla e sistêmica.

Podemos compreender que, o DCRC não é o único documento curricular do Ceará. Temos outros que fizeram parte da cadeia curricular, tendo registro do “Livro da Professora” sendo a primeira proposta curricular que o estado teve, conforme cita o pesquisador Francisco Egberto de Melo.

O Livro da Professora foi uma proposta curricular para as escolas do estado do Ceará, no ano de 1964, tendo sido usado oficialmente por, pelo menos, dois anos, uma vez que foi recolhido em 1966. Mesmo depois de recolhido, continuou como referência para as práticas pedagógicas no Ceará, sendo possível encontrar alguns livros elaborados posteriormente que o tem como referência. (MELO, 2012, p.1).

Nesse sentido, percebemos o estabelecimento do currículo cearense desde o ano de 1964, tendo esse livro como norteador do ensino. (MELO, 2012) afirma que a obra já era um rompimento com a tradição de currículo em busca de uma *pedagogia mais reflexiva*.

Percebemos que, desde a utilização do “Livro da Professora” no Ceara, temos a importância e o direcionamento didático necessário, a partir do currículo. Adiante, somente nos anos 90, o MEC apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), com o objetivo de auxiliar estados e municípios em seus reordenamentos curriculares no Ensino Fundamental.

As reformas educacionais empreendidas a partir da década de 1990 demarcam a necessidade de inserção do processo de escolarização no mundo globalizado. Nessa conjuntura, o currículo entra em cena como meio para orientar conteúdos e formas de ensino e aprendizagem na escola. (FERNANDES; VIEIRA; NOGUEIRA, 2023, p. 24).

O currículo aparece como dinâmica pedagógica de equalizar o ensino e promover as orientações necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem. Já



no Ceará, entre 1995 e 2001, sob a égide de uma política educacional norteada pelos eixos TODOS PELA EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO DE QUALIDADE e EDUCAÇÃO PARA TODOS. (CEARÁ, 2019, p. 32).

No Ceará, a partir disso, nasceu os Referenciais Curriculares Básicos (RCB) para atender a proposta curricular vigente. Mas, precisamos enfatizar como deu-se início a Política Curricular no Brasil, para a compreensão de nosso estudo.

Entre os anos 1990 e 2019 estabeleceram-se políticas curriculares nacionais que direcionaram a criação dos currículos estaduais para as escolas, principalmente após a configuração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. (RODRIGUES; CARNEIRO, 2022, p. 1283).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) é um grande avanço na educação brasileira, pois fixa as normas relacionadas a ação educativa. Já no Ceará

em 2012, com o entendimento de que se fazia necessário garantir a transição satisfatória entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, consideramos imprescindível a continuidade do projeto curricular, norteado pelas Orientações Curriculares para a Educação Infantil, entregues em 2011 aos municípios. Compreendíamos a importância dessa iniciativa como forma de garantir condições pedagógicas facilitadoras de uma ação educacional comprometida com a qualidade do ensino e da aprendizagem. (CEARÁ, 2019, p. 33-34).

A partir daí vieram as Propostas Curriculares de Língua Portuguesa e Matemática do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, permitindo que os professores tenham acesso as políticas curriculares do Ceará. A construção dessas propostas não seria uma oportunidade de redefinição de “um processo de encaixar conceitos” (BALL, 2011, p. 45). Ou uma reformulação de políticas curriculares para o avanço da aprendizagem.

O processo curricular é possível para todos, quando os professores estão imbuídos de sua capacidade de desenvolvê-lo em sua prática docente, com o auxílio da cosmovisão.

O currículo, em sua definição mais geral, não pode ser compreendido como documento prescritivo, mas sim um movimento humano, rico de relações, saberes, valores e culturas que se constitui na prática e experiência escolar e, muitas vezes, é distinto das prescrições advindas das políticas curriculares. O currículo expressa uma visão de mundo, e é marcadamente influenciado por aqueles que o fazem. (FERNANDES; VIEIRA; NOGUEIRA, 2023, p. 24).



Percebemos que, o debate sobre currículo é amplo e precisa ser contextualizado conforme o nosso embasamento histórico, cultural, político ou social. Pretendemos realizar uma reflexão construtiva e harmônica.

Vamos interagir nas considerações sobre currículo, que vai além da reprodução sistemática de conteúdos. Urge tratarmos de forma mais abrangente.

Saviani afirma que

em síntese, pode-se considerar que o currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os seus recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: a educação das crianças e jovens (SAVIANI, 2016, p. 55).

A compreensão de que currículo é uma escola viva, pulsante, com direcionamento plugado nas fruições pedagógicas e nos seus recursos necessários para a garantia da aprendizagem, tendo a Formação Continuada de Professores uma grande aliada para o aperfeiçoamento dessas tarefas. Saviani (2016) ainda enfatiza a questão de como a escola pode assumir seu papel de construção de conhecimento ou apenas comemorações isoladas.

O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados (SAVIANI, 2016, p. 56).

O DCRC contém elementos que auxiliam os docentes a construírem através das competências e habilidades, diversas ações que agregam e norteiam a qualidade da oferta da aprendizagem; com a Formação Continuada de Professores uma grande parceira no auxílio do desenvolvimento dessas competências.

Desde os Objetos de Conhecimento, Campos de Atuação, Relação Intracomponente e Intercomponente, que fazem a base curricular sistematizar a efetiva contribuição na formação humana e escolar. É necessário desenvolver atividades criativas, inclusivas e inspiradoras. Educar é criar e recriar.

Assim, podemos pensar sobre currículo e DCRC, pois

concluiu-se que o DCRC não é um currículo, mas um instrumento que possibilita reconhecer a imensa e plural diversidade do Ceará. Reúne habilidades e competências que permitem ao professor desenvolver, nos alunos, capacidades para participar das práticas sociais diversas, porque ele disponibiliza um conjunto de objetos de conhecimentos de que necessita o estudante em seu processo de formação humana e escolar. (CEARÁ, 2019, p. 34).



Mesmo que, o Documento Curricular Referencial do Ceará afirme que não é um currículo, mas um instrumento que norteia as ações pedagógicas com suas realidades e peculiaridades, com apropriação da valorização da identidade cearense (CEARÁ, 2019), podemos acreditar que este documento é currículo, pois a própria organização, sistematização e finalidade dele confirma a nossa definição sobre. Assim,

o currículo é entendido e trabalhado como o conjunto das aprendizagens vivenciadas pelos alunos, planejadas ou não pela escola, dentro e fora da sala de aula e da escola, mas sob a responsabilidade desta, ao longo de sua trajetória escolar (GERALDI, 1994, P. 117).

A BNCC e o DCRC são currículos, pois instrumentalizam, orientam, direcionam e permitem a construção e (re)construção de propostas curriculares, a partir das ações que atendam as expectativas de aprendizagem do alunado e favoreçam a qualidade da ação educacional.

[...] as escolas devem perguntar: “Este currículo é um meio para que os alunos possam adquirir conhecimento poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição. (YOUNG, 2007, p. 1297).

Cabe ao professor conhecer a realidade social do seu alunado e estar assegurado de mecanismos contributivos para sua formação continuada, como a qualidade com os instrumentais necessários e orientações formativas, mesmo que o momento seja de (re) elaboração dos currículos e operacionalização do DCRC.

O currículo para a formação do professor deverá assentar-se na premissa de que a prática se afirma tanto na atividade subjetiva desenvolvida pela consciência do coletivo dos sujeitos históricos quanto pelo processo objetivo e material comprovado por estes sujeitos (BRZEZINSKI, 1998, p. 168-169).

A prática docente qualificada é fator preponderante na garantia da aprendizagem, pois ela permite a conjuntura ideal para o desenvolvimento do conhecimento para todos, de forma equânime. Dessa forma, podemos afirmar que o currículo é uma ferramenta pedagógica que permeia a ação docente de maneira salutar, pois precisamos reconhecer o currículo como um projeto educativo do país (NONATO, 1987).

Como frisa Corazza (2001) a respeito do currículo ser

[...] uma linguagem. Ao conceber um currículo como uma linguagem, nele



identificamos significantes, significados, sons, imagens, conceitos, falas, língua, posições discursivas, representações, metáforas, metonímias, ironias, invenções, fluxos, cortes... Assim como o dotamos de um caráter eminentemente construcionista. (CORAZZA, 2001, p.5).

Com isso, observamos a ampliação de nossa discussão sobre currículo e sua desenvoltura nas práticas docentes. Por isso, que

o currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. (SILVA, 1999, p.150).

Portanto, a reconstrução desse currículo, que tanto é ressaltado no DCRC é necessária uma adequação que explore além das habilidades, tanto dos docentes, através da Formação Continuada de Professores, quanto aos discentes, na sua vida escolar.

O DCRC apresenta um contexto regional que a BNCC orienta, em que está inserido a importância da aprendizagem a partir da convivência com as diferenças. Por isso, pretendemos compreender a BNCC, desde a fundamentação que está descrita na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, trazendo em seu artigo 210, a Base Nacional Comum Curricular.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988).

Como podemos observar, a formação básica comum é citada no artigo 210 e dá início a um processo de construção em todo país. Por isso, é necessária a contextualização do currículo com suas realidades e peculiaridades locais. Nisso, temos o currículo, como enfatiza a Anped.

No Ceará, assim como todos os estados brasileiros, foi elaborada uma normativa que auxilia o professor na sua prática docente à luz da BNCC. Assim, é uma incorporação da Base Nacional Comum Curricular no contexto da Educação Cearense, constituindo o currículo estadual.

O Documento Curricular Referencial do Ceara (doravante, DCRC) é constituído por diretrizes e linhas de ação básicas que configuram o Projeto Curricular do Estado do Ceará. Contamos com todos para torná-lo realidade na sala de aula, por meio das instituições educacionais cearenses públicas e privadas, de forma a assegurar o direito de aprender das/dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental — anos iniciais e finais



(CEARÁ, 2019, p. 19).

Contudo, agregamos a importância dessa reflexão com o documento, para a readequação do currículo cearense, no qual trataremos a seguir com uma análise reflexiva, relacionando com a Base Nacional Comum Curricular. Se pode adequar ao currículo é porque tem essência curricular.

Porém,

um estudo de Paula (2020), que realizou levantamento documental dos currículos produzidos por 25 estados após a aprovação da segunda versão da BNCC em 2016, destaca que os novos currículos continuam invisibilizando as questões locais e/ou regionais como conhecimentos a serem incorporados na base diversificada. Além disso, 49% dos currículos estaduais analisados compreendem a BNCC como documento prescritivo, recuperando alguns equívocos teóricos e epistemológicos apresentados no modelo nacional. Muitos currículos, inclusive, utilizam a mesma estrutura da BNCC sem observar as diferenças de organização da própria rede. (FERNANDES; VIEIRA; NOGUEIRA, 2023, p. 26).

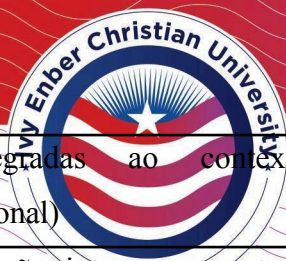
A partir dessa afirmação com a declaração da utilização da mesma estrutura que muitos currículos estaduais replicaram, é que, não devemos continuar a nossa reflexão sem permitir as abordagens necessárias presentes no Documento Curricular Referencial do Ceará e Base Nacional Comum Curricular, visto que, eles são expressamente útil a essa pesquisa. Por isso vamos demonstrar as semelhanças e diferenças entre eles, no próximo tópico.

3.8 CONEXÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O Documento Curricular Referencial do Ceará e a Base Nacional Comum Curricular fazem parte desta pesquisa científica, a partir das considerações apresentadas, mas, esses têm características particulares que apresentam de forma peculiar, que vamos discriminar a seguir:

Tabela 02 – Conexões entre DCRC e BNCC

CONEXÕES ENTRE DCRC E BNCC	Documento Curricular Referencial do Ceará-DCRC	Base Nacional Comum Curricular-BNCC
CONTEXTO	Estadual	Nacional
NORMAS	Competências, conhecimentos e habilidades	Competências, conhecimentos e



	(integradas ao contexto regional)	habilidades
RELAÇÕES COM OS COMPONENTES CURRICULARES	Relação intracomponente e Relação intercomponente	Ausência de relações com os Componentes Curriculares
HABILIDADES	As habilidades específicas do Ceará são apresentadas através da sigla CE	As habilidades são apresentadas como aprendizagens essenciais.
ABORDAGEM TRANSVERSAL	Temas Integradores	Ausência da Abordagem Transversal

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

A partir da leitura dessa tabela, percebemos as especificidades de cada documento que estamos analisando: DCRC e BNCC, com suas diferenciações e semelhanças.

Assim, a construção do DCRC tem raízes no próprio processo de construção da BNCC. Ao iniciarmos o processo de elaboração do Documento, o primeiro passo foi a retomada do estudo aprofundado da BNCC. Em seguida, levantamento das propostas curriculares dos municípios cearenses, da Educação Infantil e Fundamental. Posteriormente, a equipe estudou os documentos de referência curricular do Estado: Orientações da Educação Infantil, Proposta Pedagógica de Língua Portuguesa e de Matemática, além de documentos anteriores do Estado, como os Referenciais Curriculares Básicos do Ensino Fundamental. (OLIVEIRA, 2020, p. 19780).

O Documento Curricular Referencial do Ceará nasce das orientações da Base Nacional Comum Curricular, mas, estes dois documentos são diferentes em muitos aspectos, tendo em vista a essência deles: norteadores das ações curriculares e apoiar nas reelaborações das propostas pedagógicas. A BNCC tem abrangência nacional, já o DCRC é estadual, contemplando os 184 municípios cearenses.

As competências, conhecimentos e habilidades da BNCC estão elencadas de forma sistêmica a todo território nacional, em que o DCRC estão integradas ao contexto regional, especificamente no Ceará.

Destacando que, as habilidades são apresentadas como aprendizagens essenciais que podem ser desenvolvidas com as atividades planejadas pelo professor. Assim, no Ceará, através do DCRC, além dessas habilidades que constam na BNCC, foram acrescentadas habilidades específicas em alguns componentes curriculares, em que podem



ser observados através da sigla “CE” no final de cada código.

Na BNCC não existem as relações intercomponentes⁴ e intracomponentes⁵, o que é um grande avanço no DCRC, para que o professor compreenda e elabore aulas, atividades e projetos que subsidiem a ação docente, para o alcance satisfatória da aprendizagem.

Com o intuito de fortalecer a progressão na organização das aprendizagens ao longo do processo de escolarização, apresentamos uma coluna referente a relação das habilidades dentro do mesmo componente curricular (Relação intracomponente) e na relação com outras habilidades dos outros componentes curriculares (Relação intercomponentes). (CEARÁ, 2019, p. 25).

A convicção que essas relações contribuem tanto para a diferenciação dos documentos norteadores, quanto para a integração das aprendizagens em prol do desenvolvimento do conhecimento para todos. A BNCC não apresenta uma abordagem transversal para aplicabilidade nas atividades, porém, o DCRC define alguns Temas Integradores. Até porque

não poderíamos desconsiderar as questões relacionadas aos Temas integradores, quando em nossa proposta assumimos o compromisso de formar um ser humano integral. Pensar nessa perspectiva implica em refletir sobre o próprio ser humano e sobre as suas condições de sobrevivência na sociedade. (CEARÁ, 2019, p. 84).

Os Temas Integradores presentes no DCRC são essenciais para a contextualização das propostas didáticas, planejamentos, aproximação das atividades paradidáticas, idealização de projetos pedagógicos, diálogos intersetoriais, aprofundamento de temáticas específicas, entre outros.

Temos aqui, o roteiro de elaboração do DCRC com inspiração na BNCC, pois apesar de terem uma proximidade, mas cada um tem suas qualidades pedagógicas.

Figura 09 – Reestruturação curricular





Na figura acima, percebemos a sistematização do processo didático com a BNCC – DCRC – Proposta Pedagógica do município – PPP da Escola – Plano de aula do Professor, como fatores contributivos para a ação pedagógica, desde a BNCC até o plano de aula do professor, que abordaremos adiante.

Visualizando essa dinâmica ilustrativa dessa figura, percebemos a ação curricular sendo circulada pelas cadeias constituídas na imagem, podendo afirmar que BNCC e DCRC são currículos e agregam muitos elementos para o objetivo da aprendizagem.

Porém, o Documento Curricular Referencial do Ceará ainda é desafiador na educação cearense, primeiro por ser um norteador que muitos docentes e profissionais ainda desconhecem ou pouco utilizam e,

[...] o segundo está intrinsecamente relacionado à formação de professores realizada em licenciaturas específicas, quando a BNCC está organizada por área do conhecimento. A pergunta que se faz é: “Em que momento esses professores, formados em licenciaturas específicas, se transformarão em professores de área do conhecimento? Nesse sentido, recomenda que os sistemas de ensino, liderados pela Seduc, em parceria com as Instituições de Educação Superior, promovam formação continuada para os professores em exercício nas escolas, qualificando-os para o trabalho pedagógico, na perspectiva do cumprimento dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Entende-se, também, que as universidades, por meio de seus cursos de licenciaturas, deverão adequar os projetos pedagógicos à luz da BNCC, até o final de 2019, prazo da validade dos reconhecimentos de cursos reconhecidos ou renovados seus reconhecimentos por este CEE, para que os licenciandos possam atuar com competência, nas três etapas da educação básica; (CEARÁ, 2018).

O DCRC foi constituído à luz da BNCC, mas tem suas características próprias como mencionamos, a partir da regionalização da proposta e o alcance do plano do professor, que vamos apresentar mais adiante.

O professor necessita de informações para constituir a ação docente em sala de aula, para isso ele é investigador, monitor e mediador da aprendizagem.

Não é uma gélida proposta, ao contrário, é um elemento motivador para estruturação de novos instrumentais.

Diante do exposto, fica claro que o conteúdo deste documento abre caminhos para que as/os profissionais da educação, notadamente a professora/o professor, com sua competência, criatividade e compromisso, encontre nele uma bússola para o planejamento e execução de práticas docentes mais dinâmicas, interessantes e facilitadoras da aprendizagem do aluno. Com este



procedimento, por certo, professoras/professores e profissionais de suporte à docência se descobrirão no importante papel de educadores, participantes de um presente alvissareiro, autoras/autores, do descortinar de novos tempos. (CEARÁ, 2019, p. 21).

Assim, temos na Formação Continuada de Professores um trabalho a ser realizado de forma interativa entre professores – aqueles que aprendem – e os que ensinam.

A metodologia a ser executada em sala de aula tem parâmetros com a legislação vigente e organização do ensino, compondo assim, uma estruturação que permite o conjunto de experiências, integração das aprendizagens e a prática pedagógica.

A escola é ambiente institucional que pode ser um lugar de disseminação do conhecimento e apropriação do saber, desde que, os profissionais interajam e produzam ações para a concretude disso.

Por isso, adiante, vamos apresentar reflexões pertinentes da interferência da Formação Continuada de Professores com o propósito didático que o professor almeja, possibilitando uma aprendizagem significativa para professor e aluno.

4. A COMPOSIÇÃO DIDÁTICA COM FOCO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A Formação Continuada de Professores é uma construtora educacional para oportunizar mecanismos de composição didática, para auxiliar os professores em suas ações pedagógicas, pois é nela que viabilizamos diversos fatores que contribuem com a aprendizagem e preparação para a continuidade do exercício da docência. Isso só é



possível se o professor estiver aberto, aperfeiçoando sua prática, como a formação propõe.

A escola é uma instituição muito séria e inclusiva, pois perpassa os mais diversos fatores de enfrentamento a pobreza, materiais pedagógicos, execução das políticas públicas, infraestrutura nas unidades escolares, entre outros.

A escola é uma organização social constituída pela sociedade para cultivar e transmitir valores sociais elevados e contribuir para a formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação. O seu ambiente é considerado de vital importância para o desenvolvimento de aprendizagens significativas que possibilitem aos alunos conhecerem o mundo e conhecerem-se no mundo, como condição para o desenvolvimento de sua capacidade de atuação cidadã (LUCK, 2007, p. 20).

Tendo em vista as múltiplas dificuldades encontradas, a escola é o espaço de construção e desenvolvimento do conhecimento, lugar de encontro com o saber e, essencialmente, do desenvolvimento integral dos alunos e alunas.

Vale enfatizar o destaque da organização da Ação Pedagógica na Educação Básica, com as Unidades Escolares, pois mesmo com todas essas nuances que citamos, percebemos avanços positivos que coadunam com a proposta apresentada no Documento Curricular Referencial do Ceará, que é a instrumentalização e a sensibilização de assegurar o direito de aprender do estudante, como preza o DCRC.

Nesse sentido, precisamos refletir sobre a nossa prática pedagógica e avançarmos também juntamente com as normas que auxiliam em nossa conduta docente, visto que, o abastecimento de metodologias inativas podem comprometer diretamente a ação educacional vigente, com alunos e alunas que carregam repertórios culturais bastante aguçados e são envolvidos em suas comunidades e grupos específicos de forma atuante e protagonizadora. A inovação é necessária e urgente.

O professor da atualidade não pode ser o professor de ontem e vice-versa, pois vivemos em uma época de muitas transformações, em que ele se apresenta como facilitador de aprendizagem e monitor do desenvolvimento curricular do aluno, e ao mesmo tempo como aprendiz, pois o mesmo aproxima as orientações metodológicas com as experiências representativas que cada um traz em si, sendo aluno ou professor, todos aprendem. A Formação Continuada de Professores é transformação.

É importante considerarmos a oferta de educação de qualidade no ensino público na atualidade, através das normatizações contidas na LDB, como citamos anteriormente,



percebendo-se um grande avanço na qualificação dos docentes e atuação destes no campo de trabalho e na sua composição didática, possibilitada através da Formação Continuada de Professores.

Atualmente, a educação está passando por uma nova fase, após a efervescência da Pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), com a obrigatoriedade do uso das mídias digitais nas salas de aulas e o aperfeiçoamento da tecnologia como recurso pedagógico, que após esse período pandêmico permitiu a continuidade de ações criativas e interativas. As telas dos computadores e dos celulares foram transformadas em salas de aulas e os vídeos instrutivos ganharam maior visibilidade pedagógica.

Com isso, os professores necessitam de mais encontros de aperfeiçoamento profissional e orientações promovidas através da Formação Continuada de Professores, para o uso desses meios computacionais em sala de aula. Muitos docentes ainda encontram grandes desafios com a Cultura Digital.

A Inteligência Artificial⁶ adentra a área educacional de forma potente e a maioria dos profissionais da área educacional ainda encontram-se fragilizados com o uso dessa ferramenta, com o desenvolvimento de práticas educativas utilizando a tecnologia.

Tendo em vista essas afirmações, a BNCC preza pelo desenvolvimento de habilidades e competências, explorando a Cultura Digital tão presente na modernidade. Mas, a escassez tecnológica é uma realidade presente em diversas escolas e ambientes pedagógicos, em que é necessário o conhecimento dos equipamentos informatizados, até o treinamento ideal para a utilização em sala de aula.

As reformas educativas jogaram todo o peso das supostas inovações escolares para a redução da pobreza em medidas externas, como a organização curricular, a gestão, a avaliação em escala, os sistemas de premiação de escolas e professores etc., deixando de investir nas ações pedagógicas no interior da escola para um enfrentamento pedagógico-didático dos mecanismos de seletividade e exclusão. (LIBÁNEO, 2010, p. 24).

A escola não pode e nem deve excluir, é papel dela a inclusão de todos e todas, mesmo com as diferenças e adversidades que se expõe. Em muitas teorias e práticas educativas percebemos claramente essas disparidades, como: uma seleção de alunos para adentrar na unidade escolar, um número que reprova, escolhas sem imparcialidades, premiação somente para os primeiros lugares, atividades que castigam

⁶ "A inteligência artificial é um campo da ciência da computação que se dedica ao estudo e ao desenvolvimento de máquinas e programas computacionais capazes de reproduzir o comportamento humano na tomada de decisões e na realização de tarefas, desde as mais simples até as mais complexas. É comumente referida pela sigla IA ou AI (em inglês, artificial intelligence)." Veja mais sobre "Inteligência artificial" em: <https://brasilescola.uol.com.br/informatica/inteligencia-artificial.htm>



alunos, infelizmente são costumes, que ainda existem, na realidade brasileira.

Além da pobreza tecnológica que muitas unidades escolares se deparam, também existem a pobreza econômica que atinge um número significativo de alunos e alunas da Rede Pública, com a falta de equipamentos e acesso a tecnologia. “Assim, a escola que sobrou para os pobres, caracterizada por suas missões assistencial e acolhedora” (LIBÂNEO, 2011, p. 264), não conseguem, não maioria das vezes, uma conquista pedagógica aprovativa.

Apesar que, seu trabalho pedagógico é realizado conforme as orientações vigentes, mas, por consequência dessa desigualdade social que assola a educação brasileira, não é um trabalho de seja sistematicamente ideal.

A relação entre professor e aluno não pode ser sistematicamente burocrático,

[...] a comunicação entre professor e aluno tem um sentido exclusivamente técnico, que é de garantir a eficácia da transmissão do conhecimento, debates discussões, questionamentos são desnecessário, assim como pouco importam as relações afetivas e pessoais dos sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem. (LUCKESI, 1994. p.62).

A garantia do direito de aprendizagem precisa ser concretizado a partir da ação pedagógica desenvolvida, sendo o professor, profissional responsável pelo processo de educação dos alunos e alunas. (BNCC, 2018). O papel essencial do professor é permitir que o conhecimento chegue até os alunos e isso seja feito de diferentes formas e metodologias, sem cristalizar práticas e/ou métodos prontos e acabados.

4.1- REORGANIZAÇÃO DA AÇÃO PEDAGÓGICA

A reorganização da ação pedagógica a partir das normatizações contidas no DCRC é provocador, pois nele estão os direcionamentos para que a escola pública efetivamente tenha sua qualidade de ensino almejada e consiga ultrapassar os desafios que singularizam a rotina educativa, mesmo que o fracasso da escola

[...] deve-se ao fato de ela ser tradicional, estar baseada no conteúdo, ser autoritária e, com isso, constituir-se como uma escola que reprova, exclui os mal-sucedidos, discrimina os pobres, leva ao abandono da escola e à resistência violenta dos alunos etc. (LIBÂNEO, 2012, p. 21).

Com isso, visualizamos o caminho que foi percorrido e qual almejamos para a escola pública, com a articulação curricular e as abordagens transversais que o DCRC



apresenta, viabilize um percurso didático mais próximo do aluno e a reorganização da ação pedagógica bastante motivada, pois nela também existem diversos elementos que auxiliam na condução didática, a exemplo disso: Educação em Saúde e Cuidados Emocionais, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, entre outros Temas Integradores.

Neste sentido, refletimos sobre a capacidade de aprender com motivação pessoal, profissional, afetiva e com autoestima elevada, capaz de articular e seus conhecimentos prévios, relacionando com o currículo escolar. Pois

O currículo tem significados que vão além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, currículo vitae; no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2009, p. 155).

É dentro desse contexto curricular, que deve ser introduzido as ações docentes de forma construtiva e proporcional a aprendizagem dos alunos, conforme sua realidade. A identidade sociocultural⁷ dos alunos precisam ser exploradas com atividades que aproximam a realidade deles e, respeitando suas histórias e experiências. E isso nos instiga de forma bem intensa, confirmando que o DCRC é currículo. “Ensinar é fazer conhecido o desconhecido.” (KENSKI, 2001, p. 103).

A Formação Continuada de Professores pode construir pontes fortalecedoras para o enriquecimento cultural dos alunos e aprofundamento de seus repertórios. Basta que, o professor, pais, responsáveis e comunidade escolar interaja de forma coletiva para o alcance da aprendizagem e contribua para a construção do conhecimento. O professor é o principal orientador para o alcance da aprendizagem, mas não é o único.

A transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, por meio das relações intercomponentes e intracomponentes presentes no DCRC e sua funcionalidade na prática educativa é um princípio que urgentemente precisa ser evidenciado de forma mais atuante. Assim também a fase de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Assim, temos condições propícias para a nova configuração com a Formação Continuada, a partir da autorreflexão docente.

⁷ É um conjunto de elementos vivenciados, experimentados e construídos, a partir da contextualização cultural em que estamos envolvidos.



Ninguém se torna professor sem a colaboração dos professores mais experientes. Nessa convivência adquirimos os gestos e a cultura profissional. Convivência no seu preciso sentido, viver com, ou seja, trabalhar com e pensar com os outros. Para que isso aconteça, tem de haver condições concretas nas escolas e uma nova organização do trabalho dos professores. (NÓVOA, 2022, p. 15).

As atividades devem ser adaptadas conforme a realidade que a comunidade escolar está inserida, respeitando suas crenças, origens, personalidades, histórias e anseios. Até porque, o desenvolvimento das práticas de aprendizagem com suporte das normas vigentes é uma missão de cada educador, desenvolvendo seu ofício docente e contribuindo com o sucesso da aprendizagem do aluno.

Os sistemas de ensino precisam receber profissionais não só habilitados na forma da lei, mas, principalmente, que estejam preparados para o desenvolvimento das concepções pedagógicas estabelecidas por esses sistemas, notadamente, para as concepções de educação, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação de aprendizagem. (CEARÁ, 2019, p.71).

O acolhimento dessas adversidades que a escola se depara é um desafio intrigante, pois precisam cada vez mais desmitificar muitos paradigmas de metodologias inativas, crenças pedagógicas descontextualizadas e roteiros estáticos, como forma de educar.

Às vezes, o professor é atarefado demais com as demandas escolares, o que distancia da função de docente e não executa as ações da sua profissão. A escola de hoje, necessita de bons profissionais que atendam a participação efetiva do corpo discente e construa em conjunto, as práticas educativas, de forma coerente e real.

As alterações pedagógicas precisam de planejamento e diálogo constantes, pois possibilitam ambientes harmoniosos e interativos. A escola ideal é aquela que garante e oferta uma educação com qualidade na equidade⁸ para todos.

A educação está em constante transformação, mas carece de adesão a essa mutabilidade criativa que atualmente estamos processando, seja um novo aplicativo, uma metodologia diferenciada, aula em campo, atividades em laboratórios, elaboração e execução de projetos educacionais, entre outros.

O professor é um conquistador de sonhos e investidor de competências e

⁸ Segundo a Unesco (2019), a equidade educacional pressupõe a preocupação com a justiça ou com processos justos, de modo que a educação de todas(os) as(os) estudantes seja considerada como de igual importância. Para isso, busca-se conceder atenção e delinear estratégias de acordo com as necessidades específicas de cada grupo ou indivíduo (CRAHAY, 2013).



habilidades, participe da formação humana do aluno. Mas, também precisa conhecer seus deveres com seu ofício e desafios para o desenvolvimento de sua prática docente.

A luta política e profissional pelas conquistas sociais – entre elas, o ensino público – é um dever ético dos educadores. Por isso, uma visão assertiva sobre a escola e o ensino assentada nas necessidades humanas básicas e nos direitos humanos e sociais não pode contentar-se apenas com a crítica. São necessárias teorias sólidas, acompanhadas de instrumentalidades a serem postas em prática. (LIBÂNEO, 2012, p.24).

Enfatizamos a discussão positiva sobre teoria e prática, pois percebemos a grande ação cooperativa que esses elementos contribuem significativamente para a aprendizagem de alunos e professores.

Portanto, a escola pública cearense tem um caminho a ser trilhado com essas novas orientações contidas no DCRC, tendo cada profissional o desejo de ver essa transformação de teoria com a prática e, estar atento a sua execução, permeando nas trilhas da aprendizagem que a rotina desafia, como podemos refletir a partir do plano de aula que vamos apresentar a seguir, especificamente para o Ensino Fundamental.

Esse Plano de Aula é uma proposta elaborada a partir dessas leituras e, podem ser adaptadas conforme a realidade e necessidade de cada município e/ou Unidade Escolar, tanto do Ceará, como de qualquer outro estado brasileiro.

4.2 PLANO DE AULA

O Plano de Aula é um instrumental construído pelo professor para organizar as atividades curriculares, conforme sua atuação e organização da ação pedagógica. A Formação Continuada de Professores, com as devidas orientações através de encontros, trocas de experiências e apropriação do Documento Orientador (DCRC), pode ser uma colaboradora no planejamento estratégico da aula e construção de mecanismos de aperfeiçoamento da aprendizagem.

O planejamento para o desenvolvimento da aula não deveria ser somente uma prestação de contas para gestão escolar ou um sistema burocrático, ele deve ser um meio que alcance os alunos de forma inclusiva, permitindo a interação e aprofundamento do conhecimento, que eles já trazem em sua bagagem cultural, promovendo a Equidade.

Nesse sentido, o Documento Curricular Referencial do Ceará pode ser ou não um suporte didático, que subsidie o professor na elaboração do Plano de Aula,



alinhando suas propostas didáticas com os desafios, conhecimento da realidade do aluno e perspectivas de aprendizagem definidas.

[...] o ato de planejar exige aspectos básicos a serem considerados. Um primeiro aspecto é o conhecimento da realidade daquilo que se deseja planejar, quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas; para que o planejador as evidencie faz-se necessário fazer primeiro um trabalho de sondagem da realidade daquilo que ele pretende planejar, para assim, traçar finalidades, metas ou objetivos daquilo que está mais urgente de se trabalhar. (OLIVEIRA, 2007, p.21).

O Plano de Aula precisa alcançar os desafios diagnosticados pelo professor e traçar metas a partir das necessidades do aluno. O planejamento pedagógico a partir da elaboração do Plano de Aula pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do conhecimento, a partir do gerenciamento feito pelo professor.

A seguir vamos demonstrar um modelo de Plano de Aula alinhado ao Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), como forma de implementação do documento na unidade escolar, como frisamos na nona figura que trata sobre a Reestruturação Curricular.

Nesse modelo de Plano de Aula existem alguns elementos que refletimos a partir de nossa experiência em sala de aula, estudos realizados, leituras aprofundadas do DCRC e presença em diversos momentos e unidades escolares que encontram dificuldades na implementação desse documento, a ser implementado pelas escolas municipais cearenses, como também adaptado para outros estados brasileiros.

Os tópicos elencados no Plano de Aula não são estáticos, podem ser acrescentados outros que considerem pertinentes, conforme a realidade de cada Unidade Escolar/município.

No tempo da aula temos o cronograma específico da aula, como fator essencial na duração da atividade planejada, visto que a periodicidade dos momentos pedagógicos precisam ser aproveitados da melhor forma possível.

O espaço da aula é um local que podemos determinar como um lugar mais favorável para a execução da aula, seja a sala de aula, pátio da escola, sala de leitura, laboratórios, entre outros espaços pedagógicos dentro ou fora da escola.

Os Objetos de Conhecimento/Temática é explanação do que será executado em sala, resumindo através do título da aula, seguindo dos objetivos da aula e expectativa de aprendizagem. O plano de Aula segue com as Habilidades do DCRC e os procedimentos metodológicos em que serão planejadas a predição, o desenvolvimento



da aprendizagem e as estratégias de ensino. Os Recursos Didáticos podem ser todos os materiais utilizados em sala, sejam livros, computadores, datashow, celulares, paradidáticos, canetas, papeis, imagens, entre outros.

A Avaliação do Processo de Aprendizagem é a descrição de como o desenvolvimento do conhecimento será monitorado e avaliado. As referências são importantes e necessárias para fundamentar a ação pedagógica, embasamento teórico e promover pesquisas constantes sobre os objetos de conhecimento.

Para melhor sintonia do professor com a Gestão Escolar, temos as observações realizadas pela Coordenação Pedagógica e membros da Direção Escolar. Segue a proposta com a esquematização de um Plano de Aula em consonância com o DCRC para o Ensino Fundamental:

Tabela 03 – Plano de Aula

PLANO DE AULA	ENSINO FUNDAMENTAL Componente: _____ () Anos Iniciais Ano: _____ Turma: _____ Turno: _____ () Anos Finais Ano: _____ Turma: _____ Turno: _____
ESCOLA: _____	
Município: _____	
Professor (a): _____ Data: ___/___/___	
Tempo da aula: _____ Espaço da aula: _____	
OBJETOS DE CONHECIMENTO/TEMÁTICA: _____ _____ _____	
OBJETOS ESPECÍFICOS: _____ _____ _____	
HABILIDADES DO DCRC: _____ _____	



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS/RELACIONAMENTO:

(Predição – Desenvolvimento da Aprendizagem – Estratégias)

RECURSOS DIDÁTICOS/MATERIAIS:

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM:

REFERÊNCIAS:

OBSERVAÇÕES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:



Visualizamos no modelo acima, um protótipo de um Plano de Aula, que atende qualquer Componente Curricular do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), como um fator que pode facilitar o desenvolvimento da aprendizagem, através da proposta em que o professor planeje, gere e avalie as atividades, pois o professor é aquele mediador de aprendizagem que: “Tem a responsabilidade de planejar e desenvolver estratégias pedagógicas que promovam aprendizagens significativas” (CEARÁ, 2019).

Na Formação Continuada de Professores temos a oportunidade de percebermos a importância de conhecer a realidade do aluno, sua faixa etária, nível de ensino, desafios de aprendizagem e elaboração de um Plano de Aula que congregue todos esses elementos, em consonância com o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC).

Mesmo com todo esse instrumental pedagógico (Plano de Aula) alinhado ao DCRC, currículo cearense, temos o desafio de reconstruir o currículo escolar, conforme o programa que a escola desenvolve, seja com projetos, eventos, ações e atividades e, com isso não replicar de forma automática os materiais aqui analisados. A escola

é um espaço de interação e deve ser uma instituição inovadora, democrática, inclusiva, crítica, um polo cultural da comunidade, aberta às mudanças e à cultura digital. É uma instituição educativa que favorece ao desenvolvimento integral de alunas e alunos; compromete-se com seu direito de aprender; promove o desenvolvimento de competências, dentre as quais, aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer, aprender a enfrentar desafios, aprender a pensar, resolver problemas. A escola precisa permitir a/o estudante ser curioso/curiosa, criativo/criativa, solidário/solidária, cooperativo/cooperativa, a/o protagonista, ter capacidade argumentativa, voltado/ voltada a construir sucesso, vivenciar direitos e deveres; conhecer as formas de acesso e apropriação do conhecimento elaborado, de modo que possa utilizar as competências autonomamente ao longo de sua vida. A escola é, principalmente, uma instituição que deve integrar-se ao seu tempo e sociedade (CEARÁ, 2019, p.54-55).

A escola precisa assumir a sua função social, de promoção de espaços que permitam o protagonismo estudantil, tendo o aluno a oportunidade de desenvolver aprendizagens através da curiosidade, criatividade e cooperatividade.

A escola pode inserir em suas atividades, a integração de ações educativas que fundamentem e promovam a interatividade a partir dos desafios mapeados, com metas exequíveis. A formação Continuada de Professores é momento oportuno para socialização e exploração em prol dessa integração e enfrentamento das dificuldades encontradas, pois é justamente da relação entre desafios e mudanças, que a formação se alimenta. Adiante, apresentamos as considerações finais que foram obtidos com a

presente pesquisa dissertativa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste estudo, o Documento Curricular Referencial do Ceará e sua finalidade na construção da ação reflexiva do professor, a partir das orientações contidas no documento, com destaque na Formação Continuada de Professores. Tendo o município de Brejo Santo, no Ceará, o campo de estudo desta pesquisa, referenciado-o para análise documental.

Tendo como objetivo deste trabalho, uma análise sobre os impactos do Documento Curricular Referencial do Ceará na Formação Continuada de professores e



seu processo de implementação no município de Brejo Santo/CE. Em que pudemos especificar ainda sobre: a contextualização sobre a formação continuada de professores, análise da Proposta da Formação Continuada de Professores apresentada pelo Documento Curricular Referencial do Ceará e reflexão sobre as aproximações e distanciamentos entre o DCRC e a BNCC e os seus impactos no município de Brejo Santo/CE.

Os municípios cearenses encontram diversas dificuldades na reelaboração de suas propostas didáticas, alinhadas ao Documento Curricular Referencial do Ceará, visto que, a Formação Continuada de Professores é uma estratégia para a implementação de novas metodologias e diversas aprendizagens. Porém, a garantia da aprendizagem poderá estar intrinsecamente conectada a Formação Continuada de Professores, caso esses tenham acessos que permitem o fortalecimento da prática docente.

O Documento Curricular Referencial do Ceará, sendo o guia orientador para a reestruturação curricular, deve nortear a ação pedagógica de forma positiva e harmoniosa, sendo esse documento, um elemento que poderá auxiliar na garantia da aprendizagem, a partir da Formação Continuada de Professores.

O DCRC traz orientações contributivas para sua utilização na ação docente e somente um tópico sobre a formação de professores. A Secretaria Municipal de Educação Básica de Brejo Santo, Ceará, disponibiliza diversos instrumentais (planilhas, orientações, atividades, entre outras), que aprimoram o desempenho da aprendizagem do aluno, a partir da Formação Continuada de Professores e sua constante busca em novas metodologias à luz do Documento Curricular Referencial do Ceará.

A Formação Continuada de Professores em Brejo Santo, Ceará contempla de forma direta e instrutiva com elaboração de instrumentais que evidencia todo o arcabouço de informações importantes, que demonstramos nessa pesquisa, promovendo a difusão do conhecimento, a partir da regionalização e valorização da história local, como enfatizamos na historiografia do município.

Nesta pesquisa analisamos o DCRC como fonte para reformulação curricular da proposta pedagógica e a BNCC como documento inspirador para construção do DCRC. Tendo a Formação Continuada de Professores grande elemento norteador desta pesquisa e meio para o avanço profissionar necessário no processo de reconstrução curricular. Seria impossível tratarmos do Documento Curricular Referencial do Ceará sem apresentarmos a Base Nacional Comum Curricular, por isso o motivo de detalharmos de



forma esquematizada.

Muitas dificuldades encontramos nesse percurso documental, desde a delimitação do tema, que é bastante extenso (Formação Continuada de Professores), como também as aproximações e distanciamentos com o DCRC e a BNCC, pois foi necessário um estudo mais aprofundado com esses documentos e realizar comparações pertinentes que resultaram nesse trabalho científico.

A partir dessa pesquisa, encontramos no site da Secretaria de Educação do município de Sobral, no Ceará, um desdobramento do DCRC, o Documento Curricular da Educação Infantil. Apesar que, o DCRC existe nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Em Brejo Santo-Ceará, os Encontros Formativos para Professores acontecem mensalmente, em todas áreas, como frisou MENDES (2018), junto com diversos materiais que são explorados, de forma a direcionar os encaminhamentos pedagógicos para os docentes.

Acreditamos que, os documentos analisados (DCRC, BNCC e Plano de Aula) a partir das análises realizadas são de grande importância para a prática docente, pois neles estão contidas as informações necessárias para o desenvolvimento das aulas e, com isso a garantia da aprendizagem.

Porém, o aluno e a aluna, através de suas representações, deveriam participar ativamente das propostas didáticas, reuniões de construções de pautas formativas, elaborações das ações educativas ou até mesmo de material a ser trabalhado nos Componentes Curriculares. Isso seria viável para o desenvolvimento do Protagonismo Estudantil, já que é priorizado no DCRC e na BNCC. O planejamento deveria ser coletivo com a participação de familiares e comunidade escolar.

O Plano de Aula proposto aqui é um instrumental que já está alinhado com algumas orientações contidas no DCRC e, podem promover a garantia da aprendizagem, desde que o profissional não fique preso a ele, podendo facilitar o processo com novos elementos que forem necessários. Apresentamos o Plano de Aula como uma sistematização da proposta de alinhamento com o Documento Curricular Referencial do Ceará, para aprimorar a prática docente, que deve estar presente, como estratégia, na Formação Continuada de Professores e consolidação do DCRC.

A reprodução automatizada em sua totalidade desses materiais não são viáveis, devido a multiplicidade de ambientes, propostas, possibilidades e objetivos a serem alcançados. Esses subsídios precisam ser elaborados com a participação conjunta com



os profissionais envolvidos no processo e comunidade escolar.

A Formação Continuada de Professores é um conjunto estrutural para que o professor possa avançar com autonomia didática e alinhado com a legislação vigente. O currículo é caminho e o DCRC é o encaixe instrumentalizado para movimentar-se.

O professor necessita desse processo formativo, pois ele apresenta o Desenvolvimento Profissional que GARCÍA (1999) define como fator essencial para a prática educativa.

É neste caminho que os professores tendem a assumir a importância do seu desempenho funcional e elaborações de atividades prazerosas, lúdicas e incentivadoras, em prol da aprendizagem. Com isso, percebemos que temos muito a construir com reflexões, com o auxílio do outro, pois, temos a certeza que a Formação Continuada de Professores pode ser a grande responsável pela adequação e qualificação para as mudanças necessárias, desde que se priorize.

A parceria entre as instituições educacionais em todas as esferas são de extrema necessidade para o alcance do objetivo proposto, seja em qualquer estância, municipal, estadual, federal ou privada. Assim, vemos o imenso auxílio que a Formação Continuada de Professores pode alcançar, como a garantia de permanência dos estudos das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, através das atividades, brincadeiras, relação da escola com família e direcionamentos necessários.

Esse período de transição de uma etapa para outra também é um fator que precisa ser impulsionado com mais evidências pedagógicas, sejam visitas guiadas com os alunos as unidades escolares que irão estudar, ações pedagógicas com turmas de diversas escolas, diálogos específicos sobre infância, adolescências e juventude entre professores e pais, estudos sobre o desenvolvimento humano e a sua constiuição na vida escolar, entre outros fatores que podem apoiar a transição. A formação continuada de professores deve explorar as transições, com estratégias elaboradas para esse fim.

A garantia de uma Formação Continuada de Professores contextualizada, não apenas encontros isolados, é uma necessidade atual, contribuindo significativamente na promoção de professores reflexivos e inclusão do aluno e a Comunidade Escolar no Processo de Formação participativa, e assim, estarmos inseridos num espaço democrático e harmônico.

A voz que precisa ser ecoada é coletiva, democrática e sistêmica, para que todos possam experimentar como partícipe da formação contínua. Estar neste processo é a representação da identidade professoral, sendo presença útil para além de fichas de



frequências ou meramentos expectadores. E ser protagonista.

É hora de mover-se, expressar-se e dialogar com as diversas instâncias para promoção da aprendizagem, a partir da Formação Continuada de Professores, princípio que tivemos a grande oportunidade de realizar esse trabalho, com fundamentos e objetivos, além das avaliações externas. Temática que poderá ser expandida por outros pesquisadores que pretendem aprofundar essa relação.

Encorajamos outros estudiosos a pesquisarem a temática aqui exposta, como forma de valorização da profissão docente e aos alinhamentos pedagógicos necessários em prol de educação com qualidade e equidade, afirmando que o grande educador Lourenço Filho (1940) declarava, que a educação nunca termina.

Portanto, acreditamos que esta pesquisa contribuirá com muitas redes municipais de educação do estado do Ceará e do Brasil, como também para professores em sua formação continuada, pois aqueles que apresentam dificuldades em realizar alinhamento de sua prática docente com a legislação vigente e o DCRC, este trabalho pretende auxiliar no campo educacional, no que tange a prática docente e seus desdobramentos didáticos.

REFERÊNCIAS

ANPAE. Educação básica em foco. 2022. Disponível em: https://www.educacaobasicaemfoco.net.br/11/Artigos/Sawana_Araujo_Lopes_de_Souza.pdf. Acesso em: 08 de set. de 2023.

BALL, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. Currículo sem fronteiras, v.1, n.2, p. 108, jul./dez./2001. Disponível em: [Currículo sem Fronteiras \(curriculosemfronteiras.org\)](http://Currículo sem Fronteiras (curriculosemfronteiras.org)). Acesso em 09 de set. de 2023. ISSN 1645-1384.

BALL, S. J. Sociologias das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL,



S.J.;MAINARDES, J. Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1979. BERELSON, B. Content analysis. In: Communication Research. New York: Universit.

BRASIL. **Constituição Federal**. Versão final. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 de mai. de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acesso em 28 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Brasília, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/NEW/Desktop/VERS%C3%83O%20FINAL.Disserta%C3%A7%C3%A3o/REDE%20NACIONAL%20FORMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA.pdf>. Acesso em 25 de nov.de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015> acesso em 04 de jun. de 2022.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **BNCC – Base Nacional Comum Curricular: Uma reflexão para Além da Definição Normativa Aplicada a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio**. Fortaleza: Editora Caminhar, 2022.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAVALCANTE, Miram. História Político-Social Brejo-Santense. Fortaleza, CE: INESP, 2009.

CEARÁ LANÇA SEU REFERENCIAL CURRICULAR. Undime. Fortaleza, 25 de setembro de 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/25-09-2019-11-31-ceara-lanca-seu-referencial-curricular>. Acesso em 01 de jul. 2022.

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.



CORTEZ, A. C. **Como a pobre Brejo Santo, no Ceará, construiu as melhores escolas públicas do Brasil.** El País. Brejo Santo, 12 de agosto de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/10/politica/1470862656476387.html>. Acesso em 15 out. de 2022.

Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental / Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2019.

FELDENS, M. G. F. **Alternativas para formação de professores: problematizando e buscando formas de cooperação.** In: TAVARES, J. (Org.) Linhas de rumo em formação de professores: Aveiro, Portugal: Congresso Internacional sobre Formação de Professores nos Países de Língua Expressão Portuguesas, 1993.

FERNANDES, José; VIEIRA, Sofia; NOGUEIRA, Jaana (orgs.). **Estados eficazes na gestão da aprendizagem.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

FORMAÇÃO. Brejo Santo, 2019. Disponível em: <http://formacaoportuguesbrejosanto.blogspot.com/2019/>. Acesso em 09 de out. de 2022.

Formação de professores [recurso eletrônico] : políticas, projetos, desafios e perspectivas de resistência' : anais: resumos expandidos / Seminário Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, Encontro Nacional do FORUMDIR, Seminário Nacional do FORPARFOR e FORPIBID RP. - Dados eletrônicos. - Salvador : EDUFBA, 2019. ANFOPE. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/12/XII-Semin%C3%A1rio-Nacional-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-dos-Profissionais-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-book.pdf> Acesso em 07 de set. 2023.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios.** São Paulo: Cortez, 1997.

GARCÍA, Marcelo C. **Formação de professores: para uma mudança educativa.** Portugal: Porto Editora, 1999.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia. Currículo em ação: buscando a compreensão do cotidiano da escola básica. **Pro-Posições**, v. 5, n. 3[15], nov. 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** 2. ed. Campinas, SP: Ediora Alínea, 2001.

GUERRA, M. G. G. E LEMOS, M. L. Coordenador Pedagógico – Reflexões e desafios no dia a dia da escola. Fortaleza: Aprender Editora, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/brejo-santo.html>. Acesso em 29 de abr. de 2023.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências.** São Paulo: Cortez, 2009.



INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em 23 de out, de 2022.

LEZONIER, C. I.G.; LEZONIER, D.S. Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba, v. 7, n. 2, p. 263-270, jul./dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/adrya/Downloads/11964-Texto%20do%20artigo-40377-41438-10-20161201.pdf>. Acesso em 01 de mar de 2023.

LIBÂNIO, José C. **O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 229, p. 562-583, set./dez. 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** 7^a ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Positivo, 2009.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Nacional de Educação**, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em 29 de abr. de 2023.

MENDES, Ana Jacqueline Braga. **Brejo Santo a Cidade Educadora.** Fortaleza\CE: CeNE Editora, 2018.

MELO, Francisco Egberto de. O Livro da professora – a história entre narradores anônimos: uma proposta curricular para o ensino de História nos anos de 1960. VI Simpósio Nacional de História Cultural. UFPI. Teresina-PI. Disponível em: <https://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Francisco%20Egberto%20de%20Melo.pdf>. Acesso em 29 de dez. 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade.** Editora Vozes, 2002.

NONATO, A. **O currículo como elemento de organização do processo educacional.** Revista Estudos (Goiânia, UGC), v. 14, n. 3/4, p. 87-92, jul/dez.1987.

NÓVOA. António. Revista Brasileira de Educação. Conhecimento profissional docente e formação de professores. v. 27 e270129 2022. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TBsRtWkP7hx9ZZNWywbLjny/?lang=pt>. Acesso em 27 dez. de 2023.

OLIVEIRA, Ana Gardennya Linard Sírio. A implementação do Documento Curricular Referencial do Ceará (BNCC) em Regime de Colaboração. Brazilian Journal of



Development, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 19776-19784, 2020. ISSN 2525-8761. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/8837>. Acesso em: 29 out. 2023.

PEREIRA, M. Z. Da C. **Currículo e Autopoiése**. 1ª ed. João Pessoa-PB. Editora Universitária, 2010.

Plano Nacional de Educação, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 08 de set. de 2023.

Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 33-37, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>. Acesso em 04 de jun. de 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas...** (et al.). – São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA. Nathália Fernandes Egito. **Base nacional comum curricular e micropolítica: analisando os fios condutores**. 2016. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SACRISTÁN, G. J. (org.) **Saberes e incerteza sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso Editora Ltda, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. Movimento Revista de Educação, Universidade Federal Fluminense, ano 3, número 4, mês, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em 06 de jun. de 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Prefeitura de Sobral**, 2020. Disponível em: <https://educacao.sobral.ce.gov.br/curriculos-escolares/curriculos-escolares>. Acesso em 29 de dez. de 2023.

SILVA, Otacílio Anselmo e. **Esboço Histórico do Município de Brejo Santo**, em Revista Itaytera Nº 2, Instituto Cultural do Cariri, Crato-CE, 1956.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

YOUNG, M. **Para que servem as escolas? Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. DOI: 10.1590/S0101-73302007000400002.

ZABALA, Antoni. **Como aprender e ensinar competências** [recurso eletrônico] / Antoni Zabala, Laia Arnau ; tradução: Carlos Henrique Lucas Lima ; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. – Porto Alegre : Penso, 2014.